

# BC confirma a sabotagem ao país

# CNI denuncia: alta da Selic joga contra indústria e emprego

Tony Winston - ABr



## 'Por que o BPC está ameaçado', por Deccache

Cerca de 600 mil pessoas, entre as mais vulneráveis, podem perder o benefício que lhes garante vida minimamente digna. Pretexto: aprimorar o programa. Objetivo real: compensar privilégios fiscais oferecidos a grandes empresas. Um ataque gravíssimo está em curso contra o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com a aprovação do Projeto de Lei 1847/2024, cerca de 600 mil idosos e pessoas com deficiência (mais de 11% dos beneficiários) podem ser excluídos do programa. Serão vítimas de uma manobra para continuar oferecendo subsídios fiscais a 17 setores do grande capital, jogando a conta sobre os ombros dos mais vulneráveis. **Pág. 5**



## Oreiro: Com alta do juro, BC dá exemplo de como queimar dinheiro público

**A** Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu com "total indignação" a decisão do Copom do Banco Central de elevar a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano, dando início a um novo ciclo de aperto monetário. Segundo o presidente da CNI, Ricardo Alban, a alta da Selic não apenas impõe custos desnecessários sobre a economia, como coloca o Brasil na contramão do que a maioria dos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento estão fazendo. **Pág. 2**

# Israel assassina 492 pessoas com bombardeio a cidades do Líbano



Na foto, bombardeio à cidade de Zaita, no sul do Líbano. Netanyahu fez um ataque massivo à população civil

Bombardeios contra o Líbano, perpetrados pelo regime supremacista israelense de Netanyahu assassinaram 492 libaneses e feriram mais de 1645, sendo pelo menos 42 mulheres e 24 crianças, nesta segunda-feira (23), segundo o Ministério da Saúde libanês, no que a Associated Press considerou "o ataque mais letal" desde a fracassada invasão em 2006. O morticínio de hoje se segue ao terror desencadeado por Israel na semana passada, explodindo paggers, walkie-talkies e até painéis solares, acionados remotamente, matando indiscriminadamente dezenas e mutilando e ferindo 4 mil pessoas. **Página 6**

## Alckmin: "Não é justo para o Brasil ter a 2ª maior taxa de juro do mundo"

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, afirmou que "não é justo para o Brasil ter a segunda maior taxa de juros do mundo", criticando a decisão do Banco Central que, por unanimidade, incluindo Galípolo, que foi confirmado por Lula como o próximo presidente do BC, subiu em 0,25% a taxa Selic. **Página 3**

## Lula: "ONU se esvazia quando se omite ante a atrocidades"

O discurso do presidente Lula no domingo (22), em Nova York (EUA), na Cúpula do Futuro, evento da Organização das Nações Unidas, foi uma constatação de que o mundo vive tensões perigosas, fruto da ganância de grandes potências, e que o Sul Global não se vê representado nos órgãos multilaterais. **Pág. 3**

## O Brasil precisa elevar a taxa de investimento para 25% do PIB, diz Abimaq

"A taxa de investimento no segundo trimestre foi de 16,8% do PIB, muito abaixo do necessário para sustentar um crescimento de 5% ao ano. Estudos mostram que, para atingir essa meta, precisamos de uma taxa entre 24% e 25% do PIB", diz o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Gino Paulucci, no 9º Congresso da entidade. **Página 2**

## Defesa destina para submarino nuclear 2,5 bi

Com um orçamento que cresceu de R\$ 124,4 bilhões em 2024 para R\$ 133,6 bilhões em 2025, os destaques do Ministério da Defesa ficam para o projeto de construção do submarino movido à propulsão nuclear, considerado essencial pela Marinha Brasileira para a garantia da soberania dos mares que banham o Brasil e os caças Gripen. **Página 3**

## "SP virou cemitério de indústrias", critica Boulos, aos trabalhadores

O candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos se reuniu com representantes dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, na quarta-feira (18). Durante o encontro com centenas de dirigentes sindicais de diversas categorias, foram apresentadas propostas para a saúde, transporte, segurança, entre outros temas. Boulos lembrou que esteve junto com os trabalhadores "lutando contra a reforma trabalhista, que tirou direitos de milhões de trabalhadores, que, inclusive, quis destroçar o movimento sindical desse país. E a gente lutou contra a reforma da Previdência". **P. 4**



# China dá passo decisivo para produção autônoma de chip

Pág. 7

## O Oráculo da Faria Lima

PAULO KLIASS\*

“Lula escolheu dois de seus principais colaboradores na economia – Haddad e Galipolo. Ambos se rendem a consultar o Oráculo da Faria Lima para obter as respostas que direcionam os rumos da política econômica”

As decisões de política econômica no Brasil seguem sendo dominadas pelas dimensões da política monetária e da política fiscal. Ocorre que, ao longo do terceiro mandato do Presidente Lula, tem sobrado pouco espaço para que o governo consiga sair dos limites da caixa das receitas da ortodoxia financeira. É mais do que urgente, por exemplo, romper com o ideário neoliberal e implementar as bases para tornar realidade um programa nacional de desenvolvimento social e econômico, com preocupação de sustentabilidade e de redução das profundas desigualdades que nos caracterizam. Mas a política fiscal fica sequestrada no Ministério da Fazenda por conta da obsessão de Fernando Haddad com as metas de austeridade e com a obediência cega aos ditames do Novo Arcabouço Fiscal – instrumento portador de tragédia que ele mesmo elaborou. Já a política monetária segue prisioneira desde o início de 2023, com a diretoria do Banco Central (BC) indicada por Paulo Guedes e Jair Bolsonaro.

Não bastasse o nosso País continuar ocupando o vergonhoso segundo lugar no campeonato mundial de taxas reais de juros, o financismo ainda não se dá por satisfeito e segue na luta por novos aumentos na SELIC. O cenário montado é o da 265ª reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) marcada para ocorrer nos próximos dias 17 e 18 de setembro. De acordo com o script preparado a cada 45 dias, no final da tarde da quarta-feira a assessoria de imprensa do órgão deverá divulgar o novo patamar da taxa oficial de juros, tal como deliberado pelo colegiado. Os 9 integrantes da diretoria do BC trocam de boné e se assumem na condição de membros do comitê. A dinâmica envolve dois longos dias tomados pela discussão a respeito de temas amplos, como a economia internacional, o cenário econômico local e as tais das expectativas dos “agentes econômicos”.

Alguns dos elementos que terminam por determinar a decisão daquele coletivo encontram-se na pesquisa semanal realizada pelo próprio BC junto à nata do sistema financeiro. Trata-se da Pesquisa Focus, cujo teor é divulgado religiosamente pelas manhãs de cada segunda-feira. A coleta de opiniões pretende ser o reflexo daquilo que a grande imprensa chama pomposa e irresponsavelmente de “a opinião do mercado” [sic]. Essa tem sido a antiga e persistente tentativa de naturalizar e banalizar os interesses do financismo, como se esse agente intangível pudesse até mesmo ser humanizado: o mercado pensa, o mercado reage, o mercado propõe, o mercado pressiona, o mercado ameaça. Como dizia um saudoso amigo, até nome de gente ele parece ter: Ohmer Cado.

## BC OUVI APENAS 171 BANQUEIROS EM UM PAÍS DE 217 MILHÕES DE PESSOAS

Mas o fato real é que o BC ouviu apenas 171 indivíduos, esta miúda seleta comunidade que recebe o convite quase sigiloso para responder às questões elencadas na pesquisa. Compõem a chamada “crème de la crème” da nata financeira. São todos donos, diretores ou altos dirigentes de bancos, gestoras de investimentos, consultorias de negócios e instituições financeiras assemelhadas. Não participa da auscultação nenhum representante de setores da economia real, a exemplo de indústria, agricultura, serviços ou comércio. Por outro lado, tampouco são chamados a opinar professores, pesquisadores, assessores do movimento sindical, entidades da sociedade civil ou de associações do movimento popular. Finalmente, não são coletadas as avaliações de economistas e analistas que pensem de forma diversa daquela ditada pelo establishment neoliberal conservador. Em resumo, trata-se de uma pesquisa altamente viesada, praticamente uma conversa entre amigos durante o fim de semana, com vistas a preparar as ações de lucros especulativos a serem auferidos a partir de cada nova segunda-feira.

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/o-oraculo-da-faria-lima-por-paulo-kliass/>

\* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

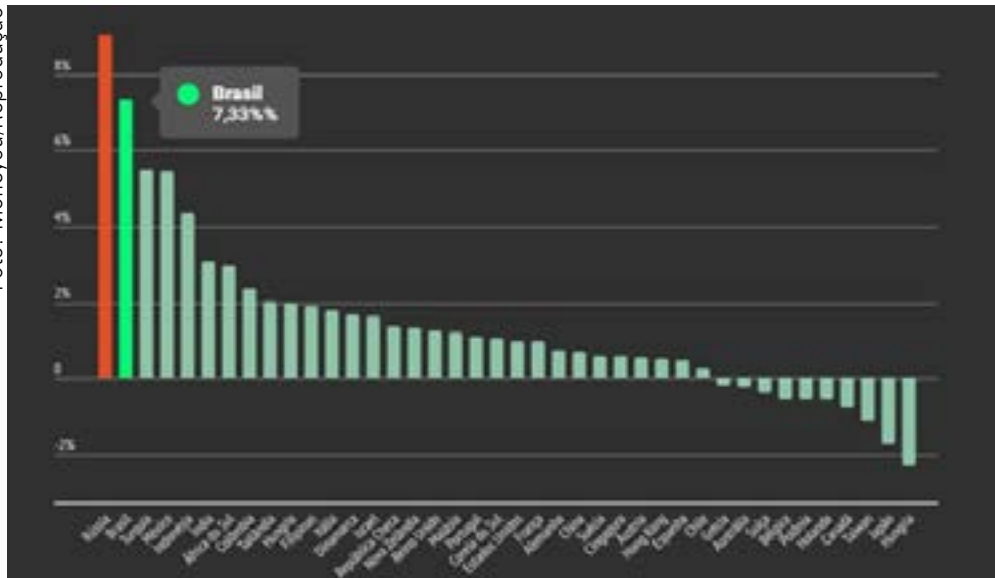
Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HP**  
HORA DO POVO  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 - Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## CNI manifesta total indignação com aumento da Selic pelo BC



## Brasil é o país com o segundo maior juro real do planeta, segundo o site MoneYou BC confirma sabotagem ao país: juro vai a 10,75%

Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) subiu nesta quarta (18) a taxa de juros básica da economia em 0,25 ponto percentual. Com esse acréscimo, a taxa sai dos 10,50% para 10,75% ao ano, com a finalidade de impor a derrubada da atividade econômica e gerar desemprego no país.

A decisão do Copom aconteceu mais uma vez de forma unânime, ou seja, com o apoio do diretor indicado para substituir Campos Neto na presidência, Gabriel Galipolo. Em comunicado, o Copom sinalizou que deve realizar

novos aumentos na taxa básica de juros, já que “atividade econômica e do mercado de trabalho têm apresentado dinamismo maior do que o esperado”.

“O ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo ora iniciado serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta...”, diz também outro trecho do documento.

Assim, o Brasil retoma a segunda colocação entre os maiores pagadores de juros do planeta. Descontada a inflação projetada para os

próximos 12 meses (4,10%), a taxa de juros reais brasileira fica em 7,33%, segundo o Ranking Mundial de Juros Reais, de responsabilidade do site MoneYou.

O site de consulta financeira também aponta que, entre 40 países sondados, 52,5% cortaram suas taxas, 45% mantiveram, enquanto apenas 2,5% elevaram suas taxas de juros. No cálculo geral, entre 40 países, a média de juros reais ficou em 0,63%.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/bc-confirma-sabotagem-ao-pais-juro-vai-a-1075/>

## Elevação da Selic é um exemplo de como queimar dinheiro público, denuncia Oreiro

“Parabéns aos novos membros do Banco Central, que, subindo a Selic em 0,25 p.p. conseguiram criar uma despesa – que não passou pelo Congresso Nacional – de mais 13 bilhões de reais”, diz o economista da UnB

O professor de Economia da UnB, José Luis Oreiro, fez nesta noite de quarta-feira (18) um rápido cálculo para o HP de quanto custou para o país – ou seja, para a população brasileira e o setor produtivo nacional – a decisão tomada neste mesmo dia, pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de subir em 0,25 ponto percentual a taxa de juros, a Selic.

“Fazendo um cálculo rápido aqui, de quanto custou essa decisão do Banco Central sobre a taxa Selic. Vamos lá. Nosso PIB é de 8 trilhões de reais, aproximadamente. A dívida pública é de 78% do PIB. Mais ou menos 50% dessa dívida está atrelada à taxa Selic”, explicou.

“Isso daria, mais ou menos, então, cerca de 3,1 trilhões de reais de dívida

‘selicada’, ou seja, corrigida pela Selic”, prosseguiu. “Um aumento de 0,25 ponto percentual, em um ano, custa 13 bilhões de reais”, calculou Oreiro.

“Parabéns aos novos membros do Banco Central brasileiro, que conseguiram criar uma despesa – que não passou pelo Congresso Nacional – de mais 13 bilhões de reais. Meus parabéns! Vocês estão de parabéns, num exemplo de como queimar dinheiro público”, completou o economista.

Segundo Oreiro, “nós teremos as duas políticas, tanto a monetária como a fiscal contracionistas em 2025. Então, você vai desacelerar bastante o crescimento da economia a partir do segundo semestre de 2025. Isso me parece claramente uma estratégia do mercado financeiro

visando interferir nas eleições de 2026”

“E o problema é que a política de apaziguamento do Haddad e do Galipolo, fazendo a mesma coisa que o Chamberlain (Neville Chamberlain) fez com a Alemanha nazista, com Hitler, na Conferência de Munique, não ajuda”, observou Oreiro.

“Ele [Chamberlain] cedeu a Tchecoslováquia para ‘manter a paz em nosso tempo’, como ele próprio disse. Foi duramente criticado por Winston Churchill. Este último disse, após a conferência de Munique, de 1938, que ele, Chamberlain, ‘entre a guerra e a honra, escolheu a honra e terá a guerra com desonra’. Foi o que aconteceu. ‘E é o que vai acontecer por aqui com essa postura do Haddad e Galipolo’, previu o professor da UnB.

## Para indústria da construção, alta do juro é “preocupante”

“O crescimento da economia brasileira só acontece com a aceleração dos investimentos. O custo excessivo do crédito com uma alta taxa de juros e com spreads bancários elevados em nada contribui para ajudar o País”, destaca a economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) afirma que a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) de subir a taxa Selic, de 10,50% para 10,75% ao ano, “deve criar obstáculos novos aos investimentos em infraestrutura” e “prejudica o financiamento de imóveis” com recursos da poupança, que são direcionados para o crédito imobiliário.

“Isso prejudica o financiamento de imóveis pelo SBPE, bem como compromete a renda do trabalhador”, criticou o presidente da entidade, Renato Correia, ao ressaltar que a construção é fator essencial na formação de capital fixo no país. “É preocupante. O desafio é desenvolver o Brasil sem as condições necessárias para o investimento acontecer”, lamentou.

Em nota, a economista da CBIC, Ieda Vasconcelos, afirma que “o crescimento econômico sustentado da economia brasileira só acontece com a aceleração dos investimentos. O custo excessivo do crédito com uma alta taxa de juros e

com spreads bancários elevados em nada contribui para ajudar o País a sustentar o seu desenvolvimento”.

A economista ressaltou que o aumento dos juros no Brasil, na reunião do Copom, na quarta-feira (18), se dá num momento em que vários países caminham para a redução das suas taxas de juros.

“O Brasil vai na direção contrária e aumenta suas taxas. Com isso, ele continua no ranking dos países com maiores juros reais do mundo”, criticou.

“O Banco Central Europeu, recentemente, reduziu os seus juros. O Federal Reserve (FED), o banco central dos Estados Unidos, também promoveu um corte, em 18/09, nos seus juros, a primeira redução dos últimos quatro anos. O corte foi de 0,50 ponto percentual, o que levou os juros no País para a faixa de 4,75% a 5% ao ano. Essa redução pode contribuir para aliviar a pressão sobre o câmbio no País e, consequentemente, sobre a inflação”, observou.

Descontada a inflação projetada para os próximos 12

meses (4,10%), a taxa de juros reais brasileira fica em 7,33%, o que coloca o Brasil na segunda colocação entre os maiores pagadores de juros reais do planeta, segundo o MoneYou.

O site de consulta financeira também aponta que, entre 40 países sondados, 52,5% cortaram suas taxas, 45% mantiveram, enquanto apenas 2,5% elevaram suas taxas de juros. A média global de juros reais está em 0,63%.

“É importante destacar o quanto os juros altos inibem os investimentos produtivos, que são os responsáveis por grande geração de renda e emprego”, ressaltou Ieda Vasconcelos, reforçando que “quanto mais os juros crescem mais os investimentos se deslocam para o mercado financeiro”.

“O aumento dos juros preocupa a Construção Civil. Depois de registrar queda de 0,5% em suas atividades em 2023, o setor aguarda crescimento de 3,0% em 2024. Entretanto, juros altos podem adiar ou até mesmo cancelar investimentos, o que pode contribuir para inibir as suas atividades”, alertou.

“É fundamental que o BCB retome os cortes na taxa de juros o quanto antes”, defende o presidente, Ricardo Alban

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recebeu com “total indignação” a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de elevar a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,75% ao ano, dando início a um novo ciclo e aperto monetário.

De acordo com manifestação da entidade, divulgada no site, a “alta dos juros vai prejudicar a criação de emprego e renda para a população”.

Segundo o presidente da CNI, Ricardo Alban, a alta da Selic não apenas impõe custos desnecessários sobre a economia, como coloca o Brasil na contramão do que a maioria dos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento vem fazendo. “É emblemático que no mesmo dia em que os Estados Unidos decidem baixar a taxa básica após meses, o Brasil resolve o contrário, elevar a Selic. Torna a nossa diferença de juros reais ainda mais grave e cria condições desfavoráveis ao investimento no país. Até que ponto a especulação do mercado futuro de juros influencia as narrativas da expectativa de inflação futura?”, questiona Alban. “O cenário internacional é de tendência de flexibilização do aperto monetário”.

Na semana que antecedeu a reunião do BC, o Banco Central Europeu (BCE) promoveu o segundo corte consecutivo de juros, reduzindo a taxa para 3,5% a.a. Ontem, foi a vez do FED (Banco Central dos EUA), que iniciou um ciclo de cortes na taxa de juros.

## APERTO MONETÁRIO

Para a CNI, “a política monetária é bastante contracionista”. Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de -0,02%. Em doze meses até agosto, a inflação foi de 4,24%, 0,26 p.p. menor que a de julho (4,50%). De acordo com a CNI, isso é importante porque, além de apontar desaceleração, mostra

que a inflação acumulada em 12 meses voltou a ficar abaixo do teto da meta, que é de 4,5%.

A CNI ressaltou que “a expectativa de inflação no horizonte relevante, aquele intervalo de 18 meses à frente, no qual o Banco Central se baseia para definir o nível da Selic, estaria em 3,2% ao final desse período – considerando a Selic fixa em 10,5% a.a. Ou seja, apenas 0,2 p.p. acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%”.

A CNI alerta para o elevado patamar dos juros reais no Brasil, entre os maiores do mundo. De acordo com a entidade, considerando o aumento da Selic para 10,75% a.a., e a expectativa de inflação de 4,08% para os próximos 12 meses, a taxa de juros real subiu para 6,41 a.a.

O resultado, de acordo com a entidade da indústria, é que a alta da Selic mantém o Brasil em 3º lugar entre os maiores taxas de juros reais do mundo, atrás apenas de Turquia e Rússia. “Juntamente com o nosso problema de elevado spread bancário – também o 3º maior do mundo –, esse fator empurra o país para fora da disputa mundial pela produção”, ressaltou.

A entidade afirma, também, “que esse aumento na taxa de juros ‘joga contra’ a recuperação da indústria de transformação e do investimento, que começou a ganhar tração recentemente, depois de terem registrado queda em 2023”.

“Por tudo isso, fica claro que subir a Selic foi uma decisão totalmente equivocada do BCB. Nesse contexto, é fundamental que o BCB retome os cortes na taxa de juros o quanto antes. Apenas com um ambiente de menor custo de financiamento é que as empresas conseguirão viabilizar projetos de investimento que são essenciais para o aumento da produtividade e da capacidade produtiva, com ganhos para o crescimento da economia”, afirma Ricardo Alban.

## Taxa de investimento de 16,8% é muito baixa para o país crescer, alertam dirigentes da Abimaq

Para sustentar um crescimento de 5% ao ano, “precisamos de uma taxa entre 24% e 25% do PIB”, diz o presidente do Conselho de Administração, Gino Paulucci, no 9º Congresso da entidade

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) realizou seu 9º Congresso no dia 17 de setembro, sob o tema “Política industrial, produtividade e desenvolvimento”. O evento reuniu lideranças do setor e especialistas e contou com a participação especial do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Gino Paulucci Jr., presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ, assim como do sindicato patronal (SINDIMAQ), ao abrir o evento destacou que desde o Consenso de Washington o Brasil realizou inúmeros programas de incentivo à indústria, mas que não impediram o processo de desindustrialização do país.

“Durante a última década, depois do Consenso de Washington, a defesa do tema política industrial tornou-se polêmica. O Consenso entre os economistas era de que

os países precisavam ter um bom controle da inflação e dos gastos do Estado, privatizações das empresas estatais e maior abertura econômica para atingir o equilíbrio fiscal e assim propiciar crescimento. O Brasil, apesar disso, ainda lançou o programa de Política Industrial e Tecnologia e de Comércio Exterior em 2004, a política de Desenvolvimento Produtivo em 2008 e o plano Brasil Maior em 2011, além de algumas políticas setoriais como o Promin e o Inovar Auto”.

“Todas as políticas estavam focadas em incentivos fiscais e subsídios, porém não combinadas com ações macroeconômicas. Sem metas claras e sem a resolução de nossos problemas sistêmicos, apesar deles, acabamos com forte processo de desindustrialização precoce”, ressaltou Paulucci.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/brasil-precisa-elevar-taxa-de-investimento-para-25-do-pib-defendem-dirigentes-da-abimaq/>



Gino Paulucci Jr. na abertura do 9º Congresso da Abimaq



## Vice-presidente e ministro da Indústria “Não é justo para o Brasil ter a segunda maior taxa de juros do mundo”, contesta Alckmin

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, afirmou que “não é justo para o Brasil ter a segunda maior taxa de juros do mundo”, criticando a decisão do Banco Central de subir em 0,25% a taxa Selic.

A taxa básica de juros foi elevada de 10,25% para 10,75% ao ano, na quarta-feira (18), com a cumplicidade de todos os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Até Galípolo, que foi confirmado por Lula como o próximo presidente do BC, votou a favor do aumento dos juros.

Com os juros em 10,75%, o Brasil tem a segunda maior taxa de juros do mundo, atrás somente da Rússia, que está em guerra desde 2022.

Em 2023, o Brasil gastou R\$ 718 bilhões com o pagamento de juros a bancos e rentistas. Esse valor equivale a 6,61% do PIB. Em relação a 2022, o aumento no gasto foi de R\$ 131,9 milhões.

Em comunicado, o Copom apontou que deve realizar novos aumentos na taxa básica de juros, já que “atividade econômica e do mercado de trabalho têm apresentado dinamismo maior do que o esperado”.

“O ritmo de ajustes futuros na taxa de juros e a magnitude total do ciclo ora iniciado serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta...”, diz também outro trecho do documento.

# Defesa destina R\$ 2,5 bi para submarino nuclear



## Também estão previstas compras de mais aviões Gripen para defender a soberania “ONU se esvazia quando aplica duplos padrões ou se omite ante atrocidades”, denuncia Lula

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no domingo (22) em Nova York (EUA), na Cúpula do Futuro, evento da Organização das Nações Unidas, foi uma constatação de que o mundo vive tensões perigosas, fruto da ganância de grandes potências, e que o Sul Global não se vê representado nos órgãos multilaterais.

“E inaceitável regredir a um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência”, disse o presidente. “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram o maior empreendimento diplomático dos últimos anos e caminham para se tornarem nosso maior fracasso coletivo”, apontou Lula.

“A primeira é nunca retroceder. Não podemos recuar na promoção da igualdade de gêneros, nem na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Tampouco podemos voltar a conviver com ameaças nucleares”, destacou o líder brasileiro.

Lula criticou diretamente a ONU. “A crise da governança global requer transformações estruturais”, defendeu. “A pandemia, os conflitos na Europa e no Oriente Médio, a corrida armamentista e a mudança do clima escancaram as limitações das instâncias multilaterais”, acrescentou. “A maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões”, apontou Lula.

O representante do Brasil voltou a apontar falhas nos órgãos das Nações Unidas. “A Assembleia Geral perdeu sua vitalidade e o Conselho Econômico e Social foi esvaziado”, denunciou.

“A legitimidade do Conselho de Segurança encolhe a cada vez que ele aplica duplos padrões ou se omite diante de atrocidades. As instituições de Bretton Woods desconsideram as prioridades e as necessidades do mundo em desenvolvimento. O Sul Global não está representado de forma condizente com seu atual peso político, econômico e demográfico”, afirmou o presidente.

**Leia a íntegra do pronunciamento de Lula na “Cúpula do Futuro”, da ONU**

Agradeço ao Secretário-Geral António Guterres pela iniciativa de promover esta Cúpula do Futuro. Cumprimento a Alemanha e a Namíbia, por meio do chanceler Olaf Scholz e do presidente Nangolo Mbumba, por conduzirem o processo que nos trouxe até aqui.

Há quase vinte anos, o então Secretário-Geral Kofi Annan nos convidou a pensar em como revigorar o multilateralismo para fazer frente aos desafios do novo milênio. Naquela ocasião, ressaltai nesta tribuna a necessidade de reformas para que a ONU pudesse cumprir seu papel histórico.

Aquela reflexão conjunta rendeu frutos como a Comissão de Consolidação da Paz e o Conselho de Direitos Humanos. Outras ideias não saíram do papel. Temos duas grandes responsabilidades perante aqueles que nos sucederão.

A primeira é nunca retroceder. Não podemos recuar na promoção da igualdade de gêneros, nem na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. Tampouco podemos voltar a conviver com ameaças nucleares.

E inaceitável regredir a um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência. Naturalizar a fome de 733 milhões de pessoas seria vergonhoso. Voltar atrás em nossos compromissos é colocar em xeque tudo o que construímos tão arduamente.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram o maior empreendimento diplomático dos últimos anos e caminham para se tornarem nosso maior fracasso coletivo. No ritmo atual de implementação, apenas 17% das metas da Agenda 2030 serão atingidas dentro do prazo.

Na presidência do G20, o Brasil lançará uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para acelerar a superação desses flagelos. Na COP28 do Clima, o mundo realizou um balanço global da implementação das metas do Acordo de Paris.

Os níveis atuais de redução de emissões de gases do efeito estufa e financiamento climático são insuficientes para manter o planeta seguro. Em parceria com o Secretário-Geral, como preparação para a COP30, vamos trabalhar por um balanço ético global, reunindo diversos setores da sociedade civil para pensar a ação climática sob o prisma da justiça, da equidade e da solida-

riedade.

Nossa segunda responsabilidade comum é abrir caminhos diante dos novos riscos e oportunidades.

O Pacto para o Futuro nos aponta a direção a seguir.

O documento trata de forma inédita temas importantes como a dívida de países em desenvolvimento e a tributação internacional.

A criação de uma instância de diálogo entre Chefes de Estado e de Governo e líderes de instituições financeiras internacionais promete recolocar a ONU no centro do debate econômico mundial.

O Pacto Global Digital é um ponto de partida para uma governança digital inclusiva, que reduza as assimetrias de uma economia baseada em dados e mitigue o impacto de novas tecnologias como a Inteligência Artificial.

Todos esses avanços serão louváveis e significativos.

Mas, ainda assim, nos faltam ambição e ousadia.

A crise da governança global requer transformações estruturais.

A pandemia, os conflitos na Europa e no Oriente Médio, a corrida armamentista e a mudança do clima escancaram as limitações das instâncias multilaterais.

A maioria dos órgãos carece de autoridade e meios de implementação para fazer cumprir suas decisões.

A Assembleia Geral perdeu sua vitalidade e o Conselho Econômico e Social foi esvaziado.

A legitimidade do Conselho de Segurança encolhe a cada vez que ele aplica duplos padrões ou se omite diante de atrocidades.

As instituições de Bretton Woods desconsideram as prioridades e as necessidades do mundo em desenvolvimento.

O Sul Global não está representado de forma condizente com seu atual peso político, econômico e demográfico.

A Carta da ONU não faz referência à promoção do desenvolvimento sustentável.

Precisamos de coragem e vontade política para mudar, criando hoje o amanhã que queremos.

O melhor legado que podemos deixar às gerações futuras é uma governança capaz de responder de forma efetiva aos desafios que persistem e aos que surgirão. Muito obrigado.

Orçamento da pasta é o 5º do governo, chegando a R\$ 133,6 bilhões. Em 2024, a previsão é de R\$ 124,4 bilhões

Reportagem do site G1 na sexta-feira (20) faz uma análise do orçamento do Ministério da Defesa do Brasil para o ano de 2025 e de seus principais projetos.

O site registra que este orçamento, com previsão de que atinja o montante de R\$ 133,6 bilhões, é o quinto do governo, ficando atrás do Ministério da Previdência (R\$ 1.03 tri), Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 291,3 bi), Ministério da Saúde (R\$ 241,6 bi) e o Ministério da Educação (R\$ 200,5 bi).

Com um orçamento que cresceu de R\$ 124,4 bilhões em 2024 para R\$ 133,6 bilhões em 2025, os destaques ficam para o projeto de construção do submarino movido à propulsão nuclear, considerado essencial pela Marinha Brasileira para a garantia da soberania dos mares que banham o Brasil e os caças Gripen, considerados entre os caças mais avançados do mundo.

O submarino nuclear é uma conquista nacional que consumirá R\$ 1,08 bilhão do orçamento total da Defesa. Os demais submarinos ficarão com R\$ 1,51 bilhão. O projeto Gripen ficará com outros R\$ 1,4 bilhão em 2025.

Destaca-se também nos programas da pasta, o Programa Nuclear, com R\$ 600 milhões para 2025. Serão R\$ 475 milhões para o submarino nuclear, e outros R\$ 600 milhões para seu reator, perfazendo o total de R\$ 1,08 bi.

O programa é pioneiro no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear, e na construção, inteiramente nacional, do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Além disso, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), ficará com R\$ 1,51 bilhão.

No Exército se destacam as Forças Blindadas, com R\$ 622 milhões para 2025, que têm por finalidade reativar a produção de viaturas blindadas no país, substituindo, progressivamente, as antigas viaturas por equipamentos mais modernos, com a entrega de 722 unidades blindadas no fim de 2024, e com previsão para mais 1225 unidades no exercício de 2025.

Além disso, o Projeto Astros 2020, com R\$ 70 milhões para 2025, visa o desenvolvimento e a aquisição do Sistema de Defesa Estratégico de Mísseis e Foguetes ASTROS, constituído de mísseis de longo alcance e foguetes guiados de precisão, munições, componentes, máquinas, ferramental e peças para manutenção.

Implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SIS-

## Bilionário norte-americano é obrigado a ceder e indica representante no Brasil

A plataforma X, do bilionário americano Elon Musk, se rendeu às exigências legais brasileiras e indicou na noite de sexta-feira (20) a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como sua representante legal no país. O X foi banido do Brasil pelo Supremo por descumprir decisões judiciais de combate a crimes nas redes e pelo fato de Musk se recusar a manter uma representação da empresa no país.

A decisão de banir a rede do país foi tomada depois que o bilionário fechou a representação brasileira e insistiu em descumprir as leis do país. Em 30 de agosto a empresa saiu do ar no Brasil. Inicialmente a decisão foi tomada apenas pelo ministro Alexandre de Moraes, e, posteriormente, ela foi confirmada pela Primeira Turma da Corte.

A decisão judicial foi baseada no princípio básico de que nenhuma empresa ou pessoa, por mais rica que seja, pode descumprir as leis brasileiras. O comportamento do bilionário americano foi considerado uma afronta ao país e às suas instituições.

Na semana passada o bilionário tentou burlar a proibição de funcionamento da plataforma e a empresa foi novamente multada, desta vez em R\$ 5 milhões

FRON, será turbinada com R\$ 200 milhões para fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado em toda a faixa de fronteira do país.

Sob a responsabilidade da Força Aérea Brasileira, há o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, que contará com R\$ 2,6 bilhões, responsável pela segurança e a qualidade do tráfego aéreo.

Outro destaque na FAB é o Projeto KC-390, com R\$ 627,3 milhões para 2025, destinado à aquisição de aeronaves tipo cargueiro para realização de missões de transporte aéreo logístico em território nacional e/ou global (tropa e carga), reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo. Já foram entregues 6 aeronaves em 2024 e está prevista 1 para 2025.

A reportagem do G1 cita a página do Ministério da Defesa na internet que lembra que o Brasil está há quase 150 anos sem se envolver num conflito bélico – à exceção da Segunda Guerra Mundial, ingressando após sofrer agressão das tropas do Eixo. E, por isso, diz que o país tem consolidado sua vocação de país provedor de paz no cenário internacional.

“Essa orientação pacífica, no entanto, não permite que a nação negligencie a possibilidade de eclosão de cenários hostis. Dono de vastos recursos naturais, industriais e tecnológicos, o país entende que, para além da cooperação com diferentes nações, tem de estar preparado para dissuadir potenciais ameaças provenientes de qualquer parte do globo”, acrescenta o Ministério da Defesa.

Diz, ainda, que é missão do Ministério da Defesa esclarecer e mobilizar a sociedade brasileira em torno de uma Estratégia Nacional de Defesa que assegure os interesses e a soberania do Brasil.

Essa estratégia, por sua vez, está estruturada em quatro eixos principais:

1 – como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra;

2 – a reorganização da Base Industrial de Defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de equipamento das Forças Armadas apoiado em tecnologias sob domínio nacional, preferencialmente as de emprego dual (militar e civil);

3 – a composição dos efetivos das Forças Armadas;

4 – o futuro do Serviço Militar Obrigatório, observando a necessidade das Forças Armadas serem formadas por cidadãos oriundos de todas as classes sociais.

por dia de descumprimento do banimento.

“Não há dúvidas de que a plataforma X – sob o comando direto de Elon Musk [proprietário do X] –, novamente, pretende desrespeitar o Poder Judiciário brasileiro, pois a Anatel identificou a estratégia utilizada para desobedecer a ordem judicial proferida nos autos, inclusive com a sugestão das providências a serem adotadas para a manutenção da suspensão”, escreveu o ministro Alexandre de Moraes na decisão.

A manobra de Elon Musk tentando burlar a decisão do STF foi enfrentada com determinação pelo STF e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Em pouco tempo a área técnica da agência conseguiu bloquear novamente a plataforma. Ao mesmo tempo o ministro decidiu pela multa de R\$ 5 milhões diários em caso de insistência na tentativa de burla.

Elon Musk tentou justificar a manobra alegando erros técnicos, mas, foi desmentido. Diante da atuação do STF e da Anatel, ele acabou tendo que recuar e decidiu cumprir a ordem de indicação da representação da empresa no Brasil. Anunciou nomes de advogados, mas Moraes seguiu cobrando uma comprovação legal da indicação.

## Datena entra com ação contra Marçal por calúnia e difamação

O candidato à Prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena (PSDB), entrou com uma ação na Justiça contra Pablo Marçal (PRTB) por calúnia, difamação e injúria ao acusá-lo, de forma mentirosa, de ser estuproador.

Marçal tem usado entrevistas e debates para disseminar fake news contra seus adversários. No debate da TV Cultura, na noite de domingo (15), o coach chamou Datena de estuproador, usando a gíria “jack”, e citou um processo já arquivado de assédio.

A defesa de Datena afirmou que a atuação de Marçal é “ilegal, ardilosa, politicamente e mesquinha, e deve ser banida pela Justiça Eleitoral, tendo em vista se tratar de atitude que visa confundir o eleitor e manchar a honra e a imagem de adversário”.

Na terça-feira (17), Datena falou no debate da UOL que a “única forma de conversar com bandido condenado, ladrão de velhinho, é na Justiça. Você vai responder na Justiça pelas injúrias que você dirigiu a mim, não tenha dúvida”.

## Ataque de Israel contra o Líbano “é revoltante e perigoso”, diz Amorim

O assessor especial da Presidência, Celso Amorim, condenou os bombardeios do regime de Israel no Líbano, na segunda-feira (23), que mataram 356 pessoas e mais de 1.200 feridos. “Eu acho uma coisa tremendamente revoltante e perigosa porque ali o risco é de uma guerra total”, afirmou.

Amorim também falou sobre a situação dos mais de 20 mil brasileiros que moram no Líbano. “Em 2006 [durante a guerra] eu fui até o Líbano e deu muito trabalho para evacuar os brasileiros, a experiência é dura. Daquela vez foram 3 mil brasileiros e hoje as rotas são mais difíceis”, diz. O Itamaraty está planejando algo para evacuar os brasileiros da região. Até o momento, a Embaixada do Brasil no Líbano apenas divulgou nota dizendo que os brasileiros devem buscar sair do país.

Com os ataques do governo de Israel, esta segunda-feira se tornou o dia mais sangrento no país em mais de 18 anos, desde de 2006 quando Israel atacou o Líbano. O bombardeio desta segunda-feira no Líbano é o mais amplo territorialmente já conduzido no país pelas forças israelenses. O regime de Netanyahu já matou mais de 41 mil pessoas na Faixa de Gaza, a maioria mulheres e crianças, também com bombardeios indiscriminados sobre a população.

Pablo Marçal já foi condenado por participar de uma quadrilha de fraudes bancárias.

O apresentador Datena disse que ter batido com uma cadeira em Marçal, “muitos juristas já consideraram legítima defesa da honra pelo o que você fez contra mim”. “Foi uma coisa baixa e suja, aliás, bem ao seu nível”.

“Cadeirada quem levou fui eu por ter sido acusado de um crime hediondo que eu nem passei perto de cometer. Um processo que já foi arquivado e nem falava sobre estupro. Fui acusado de uma forma vil, essa é a pior cadeirada que um cidadão pode receber”, continuou.

O candidato do PSDB ainda ironizou os vídeos publicados por Marçal em suas redes sociais após apanhar. Em um deles, dentro de uma ambulância, Marçal aparece com uma máscara de oxigênio.

“A cena que esse covarde fez para se internar no Sírio... Deveria ter sido internado no oitavo andar, que é a ala psiquiátrica”, brincou Datena.

# “São Paulo virou um cemitério de indústrias”, afirma Boulos em ato

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, se reuniu com representantes dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos, se reuniu com representantes dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nesta quarta-feira (18). Durante o encontro com centenas de dirigentes sindicais de diversas categorias foram apresentadas propostas para a saúde, transporte, segurança, entre outros temas defendidos pelas entidades.

Boulos lembrou que esteve junto com os trabalhadores lutando contra a reforma trabalhista, que tirou direitos de milhões de trabalhadores, que, inclusive, quis destruir o movimento sindical desse país. E a gente lutou contra a reforma da Previdência. Aquilo que é um escândalo que está fazendo, já a partir de agora, o povo brasileiro se aposentar mais tarde ganhando menos.

“Estávamos juntos na mesma trincheira”, disse Boulos, ressaltando que agora, mais uma vez, será unificando as forças da sociedade que São Paulo sairá do abandono. “São Paulo já foi uma das maiores cidades industriais do mundo. As indústrias foram fechando. O que tem hoje são cemitérios de indústria, galpões abandonados por toda a sua cidade. Todo lugar tem um. Estão largados porque faltou inovação, porque faltou investimento”.

“Eu fui lá na China, reuni com as empresas, reuni com o governo e falei: eu vou ter um plano ousado para eletrificar a frota da cidade de São Paulo. Para poder garantir que, pelo menos, metade, ou seja, seis mil ônibus, em quatro anos, sejam elétricos. E se as indústrias chinesas fazem a bateria lítio do ônibus elétrico, não tem problema. Só que vai ter que fazer a planta industrial aqui em São Paulo. A prefeitura não vai pagar para produzir lá na China, gerar emprego lá e fazer o transporte pelo navio”.

“E queremos essas indústrias na periferia da cidade, queremos que as pessoas trabalhem perto de casa. Será menos deslocamento, trans-

porte público atendendo a todos, menos trânsito, menos poluição. Toda a cidade ganha. Melhora o bem-estar da cidade, que tem a tradição dos empregos, e por isso essa é uma coisa que eu assumo o compromisso com vocês”, afirmou Boulos, destacando que uma das suas propostas é a criação de um Comitê de Política Industrial.

“Como prefeito de São Paulo, eu vou chamar o movimento sindical, vou chamar os empresários, vou chamar todos para construirmos um comitê de planejamento. Essa cidade está sem plano”, ressaltou.

## EMPREGO DE QUALIDADE

Para Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e da Força Sindical, “sabemos que a cidade de São Paulo precisa voltar a ter o protagonismo da indústria desse país, do desenvolvimento, trazer desenvolvimento com qualidade para gerar emprego de qualidade”.

Miguel propôs ao candidato a criação de um conselho municipal de política industrial, que garanta “desenvolvimento com geração de emprego de qualidade”. “Qualquer país desenvolvido tem como alicerce a indústria, e ele protege a sua indústria para poder ser competitivo. E nós, no Brasil, em especial em São Paulo, estamos diminuindo, a cada ano, a participação da indústria na cidade. A indústria está indo para dentro do estado, para os estados vizinhos. Enquanto isso, estamos deixando em São Paulo os empregos com menos qualidade, com menos massa salarial.”

“Nós precisamos recuperar o potencial industrial da nossa cidade dentro das suas propostas para o governo. Estamos trabalhando essa ideia de reativar e nós sabemos que, com o governo Lula, estão vindo muitos projetos e muitas iniciativas nesse sentido”, ressaltou Torres.



Boulos debateu propostas com representantes dos trabalhadores



Investigados são acusados de atear fogo em área da União para a criar de gado

## Pantanal: ladrões de terra e incendiários que causaram danos de R\$ 220 mi são alvos da PF

A PF (Polícia Federal) deflagrou, nesta sexta-feira (20), operação para combater crimes de incêndio, desmatamento e exploração ilegal de terras da União em Corumbá (MS), na região do Pantanal, no Estado do Mato Grosso do Sul. Os agentes da PF cumprem 7 mandados de busca e apreensão.

De acordo com a PF, a operação batizada de Prometeu identificou área de 6.419 hectares em território da União sob ocupação irregular para criação de gado.

Os investigados são suspeitos de atear fogo na região para exercer a atividade de pecuária.

Segundo os agentes, a região é alvo recorrente de queimadas, principalmente criminosas. A investigação identificou que a ocupação irregular causou danos de mais de R\$ 220 milhões pelo grupo investigado. Os dados coletados pela PF indicam que a área da União no Mato Grosso do Sul também estava sendo alvo de grilagem, isto é, assopamento de terras mediante falsos títulos de propriedade.

Na região, os agentes contabilizaram cerca de 2.100 cabeças de gado. A estimativa, porém, é de que mais de 7.200 animais estão sendo criados irregularmente na área.

Os investigados podem responder pelos crimes de provocar incêndio em mata ou floresta, desmatar e explorar economicamente área de domínio público, falsidade ideológica, grilagem de terras e associação criminosa.

Os mandados foram

expedidos pela Justiça Federal de Corumbá (MS), a pedido do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da Iagro (Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal) do Mato Grosso do Sul.

A operação policial recebeu o nome de Prometeu — em referência ao personagem da mitologia grega —, que roubou o fogo dos deuses gregos e entregou à humanidade fazendo mau uso das chamas, e por isso foi castigado por Zeus, deus da mitologia grega.

O Pantanal está em chamas há meses e a área queimada é de mais de 2 milhões de hectares este ano, o que põe em risco o bioma, segundo o Ministério do meio Ambiente.

Desde o início deste ano, a PF investiga as queimadas criminosas no Pantanal.

A apuração mais recente descobriu que grupo criminoso estava invadindo área da União em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, para grilagem — tomada ilegal de terras. No processo eles incendiavam o local para a criação de gado.

Leia a íntegra da nota da PF:

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta sexta-feira (20/9) a Operação Prometeu para combater os crimes de incêndio, desmatamento, exploração ilegal de terras da União, entre outros, na região de Corumbá/MS.

Policiais federais cumprem sete mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal de Corumbá/MS, em conjunto com

o Ibama e a IAGRO/MS.

Durante as investigações dos incêndios ocorridos neste ano de 2024, os dados coletados revelaram que a área queimada é alvo reiterado deste tipo de crime ambiental, e posteriormente alvo também de grilagem das áreas com a realização de fraudes junto aos órgãos governamentais.

A ocupação irregular de área, que já totaliza 6.419,72 hectares vem sendo utilizada para exploração econômica por meio da pecuária. Buscas realizadas na região apontam para a existência de pelo menos 2.100 cabeças de gado na área da União, mas estima-se a criação de mais de 7.200 animais em todo período investigado.

A perícia da Polícia Federal identificou dano de mais de R\$ 220 milhões perpetrados na exploração da área pelo grupo investigado.

Os investigados devem responder, na medida de suas responsabilidades, pelos crimes de provocar incêndio em mata ou floresta, desmatar e explorar economicamente área de domínio público, falsidade ideológica, grilagem de terras e associação criminosa.

A operação policial foi batizada com o nome Prometeu, pela histórica má utilização do fogo nas pastagens do bioma pantanal pelo homem, como incentivo a pecuária e avanço sobre o Pantanal.

Prometeu faz a alusão ao personagem da mitologia grega que é visto como uma divindade que roubou o fogo dos deuses gregos e entregou à humanidade fazendo mau uso deste, e por isso foi castigado por Zeus.

## Ricardo Nunes afaga bolsonaristas e faz discurso antivacina

O atual prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), se diz arrependido pelo passaporte de vacina em São Paulo. Durante agenda de campanha na última quinta-feira (19), o prefeito disse que errou ao instituir o passaporte da vacina da Covid-19 durante a pandemia na cidade. “Se fosse hoje, eu não teria feito o passaporte da vacina”, disse o candidato que é formalmente apoiado por Bolsonaro.

Segundo Nunes, ele fez uma correção. Em janeiro de 2022, uma medida da prefeitura entrou em vigor e exigia a apresentação do passaporte para eventos realizados na cidade. No documento precisava constar o registro de duas doses da vacina contra o coronavírus. No ano anterior, Nunes já havia anunciado a medida para estabelecimentos da capital.

A declaração ocorre três dias após o prefeito dizer ser contra a obrigatoriedade da vacina, ao podcast do bolsonarista Paulo Figueiredo. “Tenho muita tranquilidade, depois de toda experiência, e tenho humildade para te falar que hoje sou contra a questão da obrigatoriedade [da vacina]”, disse Nunes. Para o canal “Te Atualizei”, em entrevista na quarta (18), ele classificou a decisão como “ação errada e equivocada”.

O discurso atual do prefeito destoa de declarações dadas no passado, inclusive durante a pandemia, em defesa da vacinação na capital. O fechamento de comércios, medida adotada pelo governador à época João Doria (PSDB) para restringir a circulação de pessoas e evitar a disseminação do vírus, também foi criticada por ele no podcast. “Está provado que foi errado, até por conta do que está vindo agora de estudo”, disse.

O entorno do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) articulou a participação do prefeito e candidato à reeleição em São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), nos podcasts de Paulo Figueiredo e do canal Te Atualizei nesta semana.

Nas entrevistas, o prefeito adotou discurso alinhado ao bolsonarismo. Ele disse ser contra a obrigatoriedade da vacina para covid-19 e criticou as penas impostas aos presos de 8 de janeiro, em entrevista a Paulo Figueiredo, que é um dos investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por participação nos atos golpistas.

A participação em podcasts de extrema direita foi articulada por aliados de Jair Bolsonaro. Um interlocutor do ex-presidente disse que deu preparação prévia de duas horas para Nunes conceder as entrevistas.

Acenos ao bolsonarismo agradaram aliados do ex-presidente, que cobravam gestos de fidelidade por parte do prefeito. Eles descartam, no entanto, que o candidato à reeleição participe de outros podcasts de extrema direita por avaliar que eles não seriam “boas vitrines”.

Nas falas, o prefeito é imprudente. Nunes tenta excluir a memória de Bruno Covas que, em meio à tragédia pandêmica na cidade, atuou firmemente para proteger tanto quanto pôde os paulistanos e a metrópole da tragédia que o bolsonarismo ocasionava por todo o País com sua política negociacionista e uso indiscriminado de remédios ineficazes. Ao contrário de Bolsonaro, Bruno Covas apoiou a vacinação dos municípios e expandiu a rede de apoio às vítimas da pandemia.

## DECEPÇÃO

“Resumo meu sentimento: decepção”. É o que diz Jean Gorinchteyn, secretário de Saúde do governo de São Paulo durante a pandemia da Covid-19, a respeito das recentes declarações do prefeito sobre o enfrentamento à doença.

“Todas as estratégias foram técnicas e baseadas na ciência, em normativas definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Não se considerou desejos ou percepções individuais”, afirma Gorinchteyn, que é médico infectologista.

Ele diz que as estratégias durante a pandemia agora criticadas por Nunes deram proteção à vida, já que garantiram a disponibilidade de leitos de UTI, respiradores, oxigênio e profissionais.

“Caso contrário teríamos perdido muito mais vidas, histórias e sonhos. Hoje, com a nossa população vacinada e protegida, voltamos ao nosso normal, fato que fez com que uns e outros esquecessem o quanto sofremos. Lembrarão, sim, aqueles que perderam seus entes queridos por não terem respeitado essas normativas”, completa o ex-secretário.

Coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus do governo de São Paulo durante a pandemia, o médico David Uip diz que não se arrepende de absolutamente nada em relação às estratégias adotadas.

“Não tenho dúvida nenhuma de que o estado de São Paulo e o município fizeram o que tinha que ser feito, o que fez com que milhares de mortes fossem evitadas. Conseguimos conter a disseminação do vírus ao promover o isolamento social e a vacinação. Ao mesmo tempo, aumentamos o número de leitos de UTI de 3.500 para 14 mil no momento mais crítico. Não vejo erros, muito pelo contrário”, afirma.



## Quaest: João Campos lidera disputa pela Prefeitura do Recife com 77%

Pesquisa Quaest divulgada nesta quarta-feira (18) com as intenções de voto para a prefeitura do Recife mostra que o prefeito João Campos (PSB) mantém a liderança na disputa, com 77% das intenções de voto.

Em seguida, vêm Gilson Machado (PL) com 8%, e Daniel Coelho (PSD) com 4%. Dani Portela (PSOL) tem 2% e Tecio Teles (Novo), 1%. Considerando a margem de erro de 3 pontos percentuais para mais e para menos, os três últimos estão tecnicamente empatados. Indécisos são 2% e branco/nulo ou não vai votar são 6%.

### Cenário estimulado

João Campos (PSB): 77%  
 Gilson Machado (PL): 8%  
 Daniel Coelho (PSD): 4%  
 Dani Portela (PSOL): 2%  
 Tecio Teles (Novo): 1%  
 Ludmila Outtes (UP): 0%  
 Simone Fontana (PSTU): 0%  
 Indécisos: 2%  
 Branco/Nulo/Não vai votar: 6%  
 Cenário espontâneo

Na pesquisa de intenção de votos espontânea, em que os nomes dos candidatos não são apresentados, João Campos cresceu de 57%, em 11 de setembro, para 63%. Confirma com pontuaram os demais candidatos:

– Gilson Machado (PL): 5% (era 3%);  
 – Daniel Coelho (PSD): 2% (era 3%);  
 – Dani Portela (PSOL): 1% (era 1%);  
 – Tecio Teles (Novo): 1% (era 1%);  
 – Simone Fontana (PSTU): 0% (não foi citada na anterior);  
 – Indécisos: 24% (era 32%);  
 – Branco/nulo/não vai votar: 4% (era 3%).

O levantamento foi encomendado pela TV Globo e registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo PE-09154/2024. Foram entrevistadas 900 pessoas de 15 a 17 setembro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

## Para CUT, “decisão do Copom beneficia apenas uma minoria de especuladores e rentistas”

A Central Única dos Trabalhadores divulgou, na quinta-feira (19), uma nota de repúdio à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em aumentar a taxa básica de juros.

Segundo a entidade, a decisão é uma política que “atende apenas ao mercado”, “impede o desenvolvimento do país” e “prejudica a vida da classe trabalhadora”.

A Central lembra que o aumento de 0,25 ponto percentual, passando a Selic para 10,75%, interrompe o processo recente de queda e aponta para um novo ciclo de aumentos consecutivos da taxa de juros.

Para a CUT, aumentar a taxa básica de juros, mesmo diante de um cenário de queda da inflação e de melhoria dos indicadores macroeconômicos, “demonstra por parte do BC uma política monetária impeditiva do desenvolvimento do país, beneficiando apenas uma minoria de especuladores e rentistas, e causando imenso prejuízo aos trabalhadores e trabalhadoras que produzem, comercializam, prestam serviços e têm sua vida fortemente impactada pelas extorsivas taxas elevadas de juros”.

A entidade destaca ainda o anúncio pelos Estados Unidos, “no mesmo dia da decisão do Copom”, de corte de 0,5%, fixando a sua taxa de juros na faixa de 4,75 e 5% ao ano, e a mesma postura da Inglaterra, que na quinta-feira (19) anunciou a decisão de manter a sua taxa em 5%.

“Enquanto no Brasil a taxa de juros segue alta e retoma ciclo de elevação, em outros países de economia forte, os juros estão em patamares muito menores e seguem ritmo de redução. Realidade que confirma a política monetária de Campos Neto como uma forma de boicote do desenvolvimento do país, fazendo do Brasil o 2º país com maiores juros reais do mundo, impedindo o investimento produtivo e a geração de mais postos de trabalho”, diz a nota.

Na nota, a direção executiva da entidade, reforça “a necessidade da saída imediata de Roberto Campos Neto por seu constante boicote ao desenvolvimento do país e que a nova gestão do Banco Central inaugure um novo ciclo de política monetária com juros baixos e comprometida com o desenvolvimento do país”.

A entidade cita ainda o impacto nas contas da União, com o aumento em R\$ 13 bilhões nos gastos com juros dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional (considerando Governo Federal, estado e municípios) e que esse aumento “obriga o governo a reduzir investimentos produtivos para a geração de emprego e renda e reduzir recursos para investir em saúde, educação, desenvolvimento científico, moradia e outras políticas públicas”.

E rebate a justificativa utilizada pelo Banco Central para aumentar a taxa básica de juros como medida para conter a inflação: “a taxa de inflação está em 4,24%, dentro do intervalo de tolerância estabelecido para o país em 2024. Além disso, ao aumentar a taxa de Selic, o BC gera o efeito contrário ao anunciado de conter inflação, pois impulsiona um movimento de insegurança e de especulação financeira, logo, aumenta o custo da dívida das empresas e dos cidadãos”, afirma.

“Ou seja, sob o comando de Campos Neto, ganham os especuladores e rentistas, perde o povo brasileiro com menos investimentos em políticas públicas, encarecimento de empréstimos e redução da capacidade de consumo, afetando fortemente a geração de empregos”, afirma a nota.

Na oportunidade, a Central faz um apelo para que “toda a base da CUT, todas as organizações da sociedade brasileira e poderes constituídos se manifestem pela redução da taxa Selic, para que o Brasil possa se desenvolver, para que a União possa ter recursos para atuar nesse momento de crise climática e para que trabalhadores e trabalhadoras não sejam prejudicados”.

# Por que o BPC está ameaçado



“BPC tem sido alvo de contínuos ataques desde o governo Bolsonaro”



## “Aumento dos juros penaliza de forma nefasta a produção e o consumo das famílias”, diz Torres

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, reagiu à decisão do Banco Central de aumentar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, nesta quarta-feira (18). De acordo com o líder sindical, “aumentar os juros é ir na contramão do desenvolvimento do Brasil”, já que “o aumento dos juros tende a desestimular o investimento e o consumo no País”.

Com o aumento, os juros passaram para 10,75%, colocando o Brasil na segunda

posição entre os juros reais mais altos do mundo.

Logo após o resultado, a Central Sindical divulgou uma nota afirmando que a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) “é um verdadeiro prêmio aos especuladores”. “É importante destacar que a atual política econômica do Banco Central está destoando dos anseios da classe trabalhadora”, afirma a Força.

Para Miguel Torres, “infelizmente, essa estratégia de gradualismo, subindo a taxa

aos poucos, penaliza de forma nefasta, principalmente, os menos favorecidos economicamente e irá atrapalhar as campanhas salariais deste semestre, bem como a produção e o consumo das famílias”.

“Elevar os juros nesse momento traz mais incertezas. Um Brasil próspero, democrático, soberano e voltado para o bem-estar do seu povo depende de economia forte e juros baixos”, afirma a entidade.

## “Alta da Selic é uma verdadeira política de boicote à economia”, diz presidente da Contraf-CUT

A elevação da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), na quarta-feira (18), segue repercutindo negativamente entre entidades de trabalhadores e empresariais.

Para a presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Juvandina Moreira, “o Banco Central, por meio do Copom, segue praticando uma política monetária proibitiva para o desenvolvimento do país”.

De acordo com a diretora da Central, “mesmo tendo sofrido algumas reduções, nos últimos dois anos, a Selic foi mantida elevadíssima, fazendo o Brasil figurar entre os três países com as maiores taxas de juros reais (que é o resultado da Selic menos a inflação) do mundo”, afirma.

Segundo a entidade, o novo índice, de 10,75%, só prejudica o país, com elevação do custo de vida da população e das contas públicas. “Só em 2023, o setor público gastou mais de R\$ 732 bilhões com juros dos títulos públicos, negociados com base na Selic”, denuncia a CUT em seu site.

A entidade cita ainda cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que mostra que “a elevação de 0,25 p.p. na Selic aumentará em R\$ 13 bilhões os gastos da União (considerando Governo Federal, governos estaduais e empresas estatais) com os juros dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, por ser o principal índice de negociação desses papéis”.

Conforme Juvandina Moreira, além do impacto nos gastos públicos, “a Selic induz os juros praticados por todo o sistema financeiro do país,

portanto, o aumento na taxa básica reflete-se no aumento do custo de vida da população, no aumento de custo para o desenvolvimento de empresas e, assim, prejudica a criação de empregos. É uma verdadeira política de boicote à economia”, afirma.

Sobre a justificativa usada pelo Copom para o aumento de quarta-feira, e a sinalização de que deve realizar novas elevações de acordo com a necessidade de “convergência da inflação à meta”, o secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalo, rebate afirmando que “a inflação segue sob controle no país”.

“Mas, eles invertem o discurso e dizem que o problema do Brasil é a inflação, por isso a Selic elevada. Uma grande mentira para os interesses de poucos que se beneficiam com os títulos da dívida pública”, diz.

“Cerca de 600 mil pessoas, entre as mais vulneráveis, podem perder o benefício que lhes garante vida minimamente digna”

DAVID DECCACHE\*

Um ataque gravíssimo está em curso contra o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com a aprovação do Projeto de Lei 1847/2024, cerca de 600 mil idosos e pessoas com deficiência (mais de 11% dos beneficiários) podem ser excluídos do programa. Serão vítimas de uma manobra para continuar oferecendo subsídios fiscais a 17 setores do grande capital, jogando a conta sobre os ombros dos mais vulneráveis.

O BPC, que assegura uma renda mínima para idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, tem sido alvo de contínuos ataques desde o governo Bolsonaro. Em 2019, Paulo Guedes tentou reduzir o benefício para R\$ 400 e aumentar a idade mínima para 70 anos, mas a proposta foi barrada pela resistência popular. Infelizmente, a ofensiva contra os direitos dos mais pobres não parou por aí.

A ofensiva contra o BPC não é um ataque isolado, mas parte de uma agenda mais ampla de austeridade e neoliberalismo que busca desmantelar os mecanismos de proteção social, transferindo recursos públicos para o grande capital. Essa agenda vê os mais pobres não como cidadãos dignos de direitos, mas como um custo a ser reduzido. Enquanto os lucros de poucos são preservados, os direitos de muitos são sistematicamente corroídos.

Mesmo sob o governo Lula, que assumiu com promessas de justiça social, o BPC voltou a ser alvo, agora sob o Novo Arcabouço Fiscal. Essa trava fiscal impôs um teto para os gastos, estabelecendo limites rígidos para o crescimento das despesas primárias do governo. Isso gerou pressão direta sobre o BPC, uma vez que as projeções indicam que o crescimento dos gastos com o benefício – atrelado ao salário-mínimo, à informalidade no mercado de trabalho e ao envelhecimento da população – supera o limite imposto pelo arcabouço fiscal, criando uma incompatibilidade matemática e política.

Um dos primeiros ataques, felizmente derrotado, partiu da ministra do Planejamento, Simone Tebet, que sugeriu desvincular o benefício do salário-mínimo. Uma medida que seria devastadora. Sem o reajuste atrelado ao mínimo, o BPC perderia valor rapidamente, jogando milhões de brasileiros para além do limite da pobreza. Mais uma vez, era a lógica perversa da austeridade: proteger as elites empresariais enquanto os mais pobres pagam a conta. A resistência popular foi fortíssima e a ministra não teve correlação de forças para avançar.

A saída da equipe econômica do governo Lula então foi recorrer à velha tática dos pentes finos. Vale lembrar que a mesma lógica foi aplicada pelos governos Temer e Bolsonaro, então fortemente combatida pela esquerda. Em publicação oficial do PT em 2019, o partido lembrava que a operação “pente-fino” de Bolsonaro ameaçava os direitos dos mais pobres. O texto lembrava que o objetivo era fazer austeridade fiscal, reduzindo o programa, e que a revisão dos benefícios, “por certo”, teria como efeito perverso o cancelamento indevido de benefícios. Entretanto, o governo liderado pelo partido anunciou que seguirá a mesma cartilha e prevê o cancelamento de 670,4 mil benefícios do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em 2025.

Dentre as medidas concretas dessa ofensiva, no final de julho, o governo publicou duas portarias que alteram os critérios e exigências para o cadastramento e recebimento do BPC. Uma das portarias determina que, para continuar recebendo o benefício, o beneficiário deve estar inscrito no CadÚnico; caso contrário, o benefício será suspenso. A outra exige o cadastro biométrico e a realização de revisões periódicas. Após a notificação bancária, os beneficiários terão apenas 45 dias, nos municípios de pequeno porte, para regularizar sua situação. Caso não haja confirmação da notificação bancária ou de outros canais de comunicação, o crédito será bloqueado em 30 dias após o envio da notificação. O não cumprimento dessas exigências resultará na suspensão do benefício, desde que a ciência da notificação seja comprovada. Se a ciência não for confirmada em até 30 dias, o valor do benefício será bloqueado.

Essas mudanças podem resultar na perda de benefícios para inúmeras pessoas, já que muitos cadastros estão desatualizados devido à sobrecarga de trabalho do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dos

centros de referência (CRAS/CREAS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em diversos municípios, já há registros de longas filas para a atualização. Além disso, em muitas cidades, a população alvo do BPC tem acesso limitado a meios digitais, dificultando a atualização de informações e a realização da biometria.

Dois fatores acabaram levando à conversão das portarias em leis. Primeiro, as deputadas Samia Bonfim, Fernanda Melchionna e Glauber Braga (do PSOL) apresentaram um Projeto de Decreto Legislativo (PDL 338/2024) revogando as medidas. Havia risco de a pressão popular crescer e a proposta ser aprovada.

Além disso, pesava uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Há meses, o STF considerou inconstitucional uma lei que isentava 17 setores empresariais de contribuir para a Previdência, permitindo-lhes um “compensação” insuficiente, por meio de outros tributos. Segundo o Supremo, a inconstitucionalidade estava no fato de a lei não apresentar fontes de arrecadação substitutas, que supostamente prejudicaria o “equilíbrio das contas públicas”, conforme previsto no arcabouço jurídico brasileiro. O tribunal, no entanto, concedeu ao Legislativo um prazo para adequar-se. Esgotava-se em 11/9. Se a exigência não fosse cumprida, os setores privilegiados pela isenção voltariam a pagar contribuições previdenciárias como todos os demais.

A “saída” encontrada pelos ministérios econômicos do governo Lula foi incluir as medidas no Projeto de Lei (PL) 1847/2024, com a justificativa de coibir fraudes – uma justificativa falsa. Seu relator no Senado foi o líder do governo naquela casa, Jaques Wagner (PT-BA). Prevê-se que “economia” produzida pelo pente-fino no BPC e também no INSS (atingindo, por exemplo, a aposentadoria por invalidez) compense parte dos privilégios que o Estado brasileiro continua oferecendo aos 17 setores. Em relação ao pente-fino na aposentadoria por invalidez, o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sérgio Firpo, afirmou ao *Jornal O Globo*:

No caso da aposentadoria por invalidez, a gente deveria fazer uma avaliação a cada dois anos para quem tem menos de 60 anos, mas a gente não faz. Há espaço para fazer pelo menos 800 mil. Também é papel do Estado fazer uma reabilitação dessas pessoas para que elas se tornem produtivas, estarem no mercado de trabalho.

A situação, portanto, agravou-se: enquanto as portarias poderiam ser facilmente revertidas por um simples ato do presidente da República, o governo e o Congresso incorporaram essas medidas num projeto de lei. Ele foi aprovado no Congresso Nacional nesta quinta-feira (12/9) e pode ser em breve sancionado, tornando-se lei.

Vale lembrar um episódio relacionado ao “pente-fino”. No início do mandato de Jair Bolsonaro, o governo criou um bônus financeiro pago aos analistas do INSS por cada processo analisado além da jornada regular de trabalho. O objetivo de acelerar a conclusão de investigações sobre supostas irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essa prática resultou em análises frágeis, prejudicando os cidadãos. Um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu que, devido ao incentivo financeiro, analistas muitas vezes deixaram de solicitar informações e documentos adicionais aos segurados, a fim de acelerar a tramitação e concluir os processos mais rapidamente para receber o bônus.

No que se refere ao atual pente-fino, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) estima que essa varredura nos benefícios pode resultar em cortes de R\$ 9 bilhões, valor que corresponde a metade do impacto estimado da desoneração, de acordo com as projeções do Ministério da Fazenda. Portanto, no que diz respeito especialmente ao BPC, fica evidente que não há qualquer intenção de melhorar a qualidade do programa; o verdadeiro objetivo é promover um severo ajuste fiscal sobre o benefício.

(Leia a íntegra em [horadopovo.com.br](http://horadopovo.com.br))

David Deccache é Mestre em Economia pela UFF e Assessor Econômico da bancada de Deputados Federais do PSOL.

Artigo reproduzido do site *Outras Palavras*, publicado em 13/09/2024

## Justiça Militar absolve da acusação de tortura PMs que amarraram suspeito em abordagem em SP

Nesta quinta-feira (19), o Tribunal de Justiça Militar absolveu os policiais militares acusados de tortura durante uma abordagem na Zona Sul de São Paulo em junho do ano passado. Os agentes amarraram os pés e as mãos de um homem negro que tinha furtado um mercado na Vila Mariana depois que ele resistiu à prisão.

Um vídeo da ocorrência mostra os PMs carregando o homem amarrado com uma corda. A época, a Polícia Militar afastou os policiais e abriu inquérito para apurar o caso. Ao final da investigação, o Ministério Público pediu que três dos seis policiais que apareceram nas imagens fossem condenados por tortura. O Tribunal de Justiça Militar analisou o caso e decidiu que os PMs deveriam ser absolvidos porque não cometeram nenhum crime.

Na sentença, de 196 páginas, o juiz Ronaldo João Roth escreveu que “a maneira com que o suspeito foi imobilizado tinha como objeto impedir que ele pudesse usar qualquer membro com finalidade agressiva, considerando que, inicialmente, os PMs tentaram somente algemá-lo, sem sucesso”. O juiz afirmou, ainda, que o uso da corda

é um procedimento lícito, utilizado pela PM de São Paulo, e que a vítima não reclamou ter sofrido nenhum sofrimento, abuso, humilhação ou agressão por policiais militares.

Ainda de acordo com a sentença, a avaliação médica da vítima não apontou nenhuma lesão.

O advogado João Carlos Campanini, que defendeu dois dos PMs acusados de tortura, disse que a decisão foi a mais adequada possível.

Já o advogado da vítima, José Luiz de Oliveira Júnior, questionou a sentença e espera um desfecho diferente na Justiça comum.

“A decisão é totalmente contrária com o que aconteceu. Não é uma questão de interpretação, é uma questão de pura e simplesmente observar o que aconteceu nada mais. Deixa a mensagem de que, infelizmente, as pessoas que efetivamente necessitam de justiça, infelizmente, não se têm no Brasil”.

A Justiça comum também analisa uma ação de indenização por danos morais movida contra o Estado pela conduta dos PMs. O processo está na fase de alegações finais e não há prazo para a sentença.



# Israel estende seu extermínio ao Líbano: 492 mortos em 24 horas



Representante palestino é cumprimentado  
**Assembleia Geral da ONU exige que Israel se retire dos territórios palestinos**

A resolução também insta os países membros da ONU a aplicarem sanções, recorrendo particularmente ao embargo de armas, no caso de Israel deixar de cumprir a determinação. Estados Unidos, como de costume votou contra a justa decisão mundial.

A Assembleia Geral da ONU aprovou resolução proposta pela Palestina que exige que Israel “ponha fim sem demora à sua presença ilegal no território palestino ocupado, o que constitui um ato ilícito contínuo que implica a sua responsabilidade internacional, e que o faça a mais tardar 12 meses após a adoção deste documento”.

A resolução, que também prevê sanções caso não seja cumprida e apela ao fim do envio de armas ao regime israelense, foi aprovada por maioria de 124 votos a favor, 43 abstenções e 14 contra. Os Estados Unidos, financiador e apoiador de Israel, assim como a Hungria, e a República Checa, estiveram entre os países que votaram contra.

## OCUPAÇÃO ILEGAL

Esta resolução, que ficou em debate desde terça-feira 17, está alinhada com a decisão do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) que, ao examinar a ocupação do território desde 1967, determinou em julho passado que “a presença continuada de Israel nos Territórios Palestinos Ocupados é ilegal”. A decisão impôs que o Estado hebreu tem a “obrigação de acabar com isso o mais rápido possível”.

A CIJ instou outros órgãos da ONU, como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, a considerarem as modalidades precisas e as medidas adicionais necessárias para acabar com esta presença ilegal o mais rapidamente possível.

A declaração exige também que o Estado israelense devolva as terras confiscadas aos palestinos, permita o regresso dos deslocados a suas terras de origem e proceda às reparações às vítimas, e também pede à comunidade internacional que não reconheça as consequências territoriais, jurídicas ou demográficas da ocupação do território palestino.

A medida, considerada um momento histórico no conflito pela diplomacia palestina, isola Israel dias antes de líderes mundiais viajarem para Nova York para a Assembleia Geral da ONU, que contará com seis dias de pronunciamentos desses líderes começando em 24 de setembro.

O chefe de política externa da União Europeia, Josep Borrell, constatou em uma declaração: “A Assembleia Geral da ONU reafirmou veementemente seu compromisso com a realização do direito do povo palestino à autodeterminação, incluindo seu direito a um Estado independente e soberano, vivendo lado a lado em paz e segurança com Israel, de acordo com as resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU e da Assembleia Geral da ONU”.

Embora, como todas as medidas da assembleia, a resolução não seja vinculativa, os votos alcançados excedem amplamente os dois terços do total de 193 Estados-Membros necessários para adotar uma moção. Isto é muito significativo porque esta é a primeira proposta levantada pela representação da Palestina que conseguiu ganhar terreno em termos de competências nos últimos meses. O representante permanente da Palestina nas Nações Unidas, embaixador Riyad Mansour, assumiu oficialmente um assento na Assembleia Geral da ONU, pela primeira vez em sete décadas, em 10 de setembro.

## CONSENSOS

Os países muçulmanos e africanos votaram a favor de forma unânime, enquanto a União Europeia teve as suas habituais divisões internas, com a maioria dos países votando a favor – entre os quais se destacam Espanha e França, os contra a proposta incluem Hungria e República Checa, mas com um número significativo de abstenções na votação, com países como a Alemanha, Itália, Holanda, Suécia e Polónia sem se pronunciar.

Israel e os Estados Unidos mostraram mais uma vez a sua aliança criminosa nestas votações críticas para o regime israelense. A Argentina, o Paraguai e outros países insulares do Pacífico, que ultimamente acompanham o voto norte-americano, ficaram do seu lado.

Canadá, Austrália, Índia, Suíça e outros países europeus também optaram por se abster na votação.

## JUSTIÇA É O ÚNICO CAMINHO PARA A PAZ

Ao apresentar a resolução, o embaixador palestino na ONU, Riad Mansour, afirmou: “Nenhuma potência ocupante deveria violar os nossos direitos inalienáveis. A justiça é o único caminho para a paz. Respeitem o direito internacional e não o sacrifiquem na busca de frios cálculos políticos”. Ele instou os países membros a escolherem “o lado certo da história”, apoiando esta resolução antes que o derramamento de sangue continue.

“Esta resolução, vista como um farol de esperança pelo povo e líderes palestinos em meio ao genocídio em curso, é um passo fundamental para exigir a Israel que renda contas pelo seu sistema colonial e de apartheid”, precisou o Ministério de Exteriores da Palestina numa declaração subsequente que qualificou a medida como “crucial e histórica” tanto para a causa palestina como para o Direito Internacional, e agradeceu aos países o seu voto favorável.

“Mais de dois terços dos Estados-membros votaram a favor”, o que “reflete um consenso global” de que “a ocupação deve acabar”, acrescentou, ressaltando que “o Ministério insta os países que não apoiaram a resolução a reconsiderarem as suas posições e a juntarem-se ao lado certo da história”.

Para se ter uma ideia do dano causado pela barbárie da ocupação israelense, somente no ano passado foram destruídas 1.697 construções palestinas obrigando 4.223 palestinos da Cisjordânia a se deslocarem por perderem seus lares.



Bombardio israelense atingiu hospitais, centros médicos e ambulâncias

## Tropas de Netanyahu invadem redação da Al Jazeera na Cisjordânia e expulsam jornalistas

Soldados israelenses fortemente armados e mascarados invadiram o escritório da Al Jazeera em Ramallah, na Cisjordânia e entregaram uma ordem fechamento por 45 dias ao chefe do escritório da rede, Walid al-Omari, na madrugada deste domingo, em meio à crescente repressão do governo de Netanyahu à liberdade de imprensa. Os jornalistas presentes foram todos expulsos do escritório sob mira de fuzis.

Al Jazeera exibiu imagens ao vivo das tropas invadindo o escritório da emissora em Ramallah e entregando uma ordem militar de fechamento antes da transmissão ser interrompida.

Jivara Budeiri, jornalista da emissora, disse que as forças israelenses usaram gás lacrimogêneo nas proximidades do escritório da Al Jazeera e da Praça al-Manara, no coração da cidade ocupada da Cisjordânia. Ela acrescentou que os soldados israelenses confiscaram suas câmeras. Budeiri revelou que temia que os militares pudessem tentar destruir os arquivos da Al Jazeera, que estão armazenados no escritório.

Falando por telefone de Ramallah, Nida Ibrahim, da Al Jazeera, disse que a operação na Cisjordânia e ordem de fechamento não foram “nenhuma surpresa” após proibição anterior de reportagens de dentro de Israel.

O ataque deste domingo ocorreu poucos meses após o regime israelense proibir a Al Jazeera de operar dentro dos territórios ocupados em maio, após sua guerra genocida na Faixa de Gaza sitiada, que até agora já custou mais de 41.000 vidas de palestinos, incluindo



Invasão do prédio da Al Jazeera em Ramallah

mulheres, crianças e idosos. Expressando preocupações sobre o que os soldados israelenses podem fazer com o escritório após o ataque, Walid al-Omari, chefe do departamento, afirmou: “Atacar jornalistas dessa forma sempre visa apagar a verdade e impedir que as pessoas ouçam a verdade”.

Reagindo ao violento ataque, o Gabinete de Imprensa do Governo Palestino em Gaza declarou: “Apelamos a todas as organizações e grupos de mídia que lidam com direitos humanos no mundo para condenar este crime hediondo... que é uma violação flagrante da liberdade de imprensa e da mídia”.

O médico e ativista político Mostafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina, afirmou que Israel não tem o direito de fechar nenhum escritório em Ramallah, que fica na Área A, sob a administração civil e de segurança da Autoridade Palestina.

“Esta é a verdadeira face de Israel que afirma ser uma democracia e diz apoiar a liberdade de imprensa”, finalizou Barghouti.

Desde o início da invasão de Gaza em outubro de 2024, as forças genocidas israelenses mataram 173 jornalistas, de acordo com contagem do Gabinete de Imprensa do Governo, com o

regime proibindo jornalistas internacionais de fazer reportagens independentes de Gaza.

Ismail al-Ghoul e Samer Abudaqa, da Al Jazeera, estão entre os jornalistas assassinados pelas tropas de Netanyahu.

O Sindicato dos Jornalistas Palestinos condenou a incursão e a ordem israelense: “Essa decisão militar arbitrária é uma nova agressão contra o trabalho jornalístico e os meios de comunicação”.

Em maio, a polícia israelense já havia fechado a sede de transmissão da Al Jazeera em Jerusalém Oriental, confiscando equipamentos, impedindo suas transmissões em Israel e bloqueando seus sites. O bloqueio, inicial de 45 dias, estendeu-se.

Segundo Al Jazeera, as tropas israelenses confiscaram documentos, equipamentos e bens do escritório e estão impedindo repórteres da emissora catari de divulgarem informações do fechamento. Os funcionários da TV foram obrigados a deixar o local, de acordo com a rede de televisão.

Lá, o escritório da Al Jazeera, que é uma organização global de notícias com 80 escritórios em todo o mundo, fica em uma região da Cisjordânia sob jurisdição da Autoridade Nacional Palestina.

## Papa apoia as lutas populares por direitos e critica Milei por jogar a polícia contra idosos

“Se os movimentos populares não exigirem, não gritarem, as coisas vão ficar ainda mais difíceis”, disse o Papa. Francisco também rejeitou os altos gastos do governo com spray de pimenta em vez de usar tais recursos para atender as demandas por justiça social.

Dez anos após sua primeira reunião com movimentos sociais de todo o mundo, o Papa dirigiu na sexta-feira (20) o centro das suas críticas aos inúmeros abusos cometidos pelo presidente da Argentina, Javier Milei, contra seu próprio povo.

“Fizeram-me ver uma repressão, há uma semana ou um pouco menos, talvez. Trabalhadores, pessoas pedindo seus direitos nas ruas. E a polícia a rejeitou com uma coisa que é a mais cara que existe, aquele spray de pimenta de primeira qualidade. E eles não tinham o direito de reivindicar o que era deles, porque eram rebeldes, comunistas. Não, não”, repreendeu Francisco.

No encontro com as lideranças populares – entre eles o secretário-geral da União dos Trabalhadores da Economia Popular (UTEPE), Alejandro Gramajo e a teóloga argentina, Emilce Cuda, secretária da Pontifícia Comissão para a América Latina, nomeada pelo Papa para o cargo –, Francisco acentuou a crítica sobre o desgoverno, respaldou a luta das organizações por justiça social, denunciou o pedido de suborno



Papa com representantes dos movimentos sociais

feito por um ministro de Milei e criticou os parlamentares que mudam seu voto por conveniências pessoais.

“Se os movimentos populares não exigirem, não gritarem, não brigarem, não conscientizarem, as coisas vão ficar mais difíceis”, destacou o Papa, ratificando o caminho da luta como o apontado por Jesus Cristo.

## “SUBORNO”

“Um empresário internacional me disse que estava fazendo investimentos na Argentina, que funcionam bem e que há um bom acordo, e foi apresentar ao ministro o novo plano. O ministro tratou ele muito bem e lhe disse: ‘deixa comigo, eles vão te ligar’. No dia seguinte a secretária do ministro ligou para ele, disse ‘você pode entrar daqui a dois dias?’, então demos autorização e tudo”, continuou o Papa.

“Ele passou, entregou todos os papéis, a assinatura e, quando o empresário ia se levantar, disse: ‘e para nós,

quanto?... e para nós, quanto? O suborno”, denunciou o Sumo Pontífice. “O Diabo entra pelo bolso, não se esqueça”, alertou.

Em relação à mudança de postura no parlamento, a prática da “coima” também vem sendo utilizada para abrir caminhos ao inominável. Recentemente, por tão somente sete votos, a oposição argentina não alcançou os 2/3 necessários na Câmara dos Deputados para derrubar o veto de arrocho imposto por Milei às aposentadorias, mantendo assim o “arrocho fiscal”.

“A covardia leva muitos políticos a mudarem suas convicções por conveniência” porque “passaram pela domesticação dos grandes meios de comunicação, tiveram medo e cederam”. Depois, diz o papa, “adotaram posturas servis em relação aos economicamente poderosos”.

Bombardio contra o Líbano, perpetrado pelo regime supremacista israelense de Netanyahu, Gallant, Gvir e Smotrich, é o ataque mais letal desde a fracassada invasão em 2006

O morticínio de hoje se segue ao terror desencadeado por Israel na semana passada, explodindo pagers, walkie-talkies e até painéis solares, acionados remotamente, matando indiscriminadamente dezenas e mutilando e ferindo 4 mil, curiosamente no dia seguinte dos 42 anos da chacina de Sabra e Chatila. Terror rechaçado no mundo inteiro por sua perversidade e insânia. Na sexta-feira, outro ataque arrasou até o chão dois prédios residenciais, matando 45.

A última vez que Israel havia bombardeado o Líbano nessa escala foi em 2006, quando invadiu de novo o país vizinho, mas acabou tendo de bater em retirada. Agora, os bombardeios atingiram o sul do Líbano, o Vale do Beqaa, no leste do país, e a região norte, perto da Síria.

No sul, os ataques atingiram Mays al-Jabal, Aitaroun, Houla, Taybeh, Markaba, Bani Hayyan, Jabal al-Rayhan, Bint Jbeil, Hanin, Zawtar, e a região de Nabatieh. No leste, Shaara, Harbata, Hermel, Shamstar, Taraya e Boday. Também foi bombardeada a cidade de Al-Khader na região de Baalbek.

“Os ataques de Israel ao Líbano marcam uma nova fase em seus esforços para arrastar toda a região para o caos”, disse o Ministério das Relações Exteriores do país em um comunicado. Por sua vez, a chancelaria egípcia pediu que “as potências internacionais e o Conselho de Segurança das Nações Unidas intervenham imediatamente” para impedir “a perigosa escalada israelense no Líbano”. O Egito novamente expressou “solidariedade” com o Líbano e afirmou sua “total rejeição a quaisquer violações da soberania e do território do Líbano”.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, está “alarmado” com a escalada no Líbano e muito preocupado com o grande número de vítimas civis relatadas pelas autoridades libanesas, disse seu porta-voz, Stephanie Dujarric. Ele reiterou a “necessidade urgente de desescalada – que todos os esforços devem ser dedicados a uma solução diplomática”.

## HOSPITAIS ATINGIDOS

Em uma coletiva de imprensa em Beirute, o ministro da Saúde, Firas Abiad, disse que os ataques israelenses atingiram hospitais, centros médicos e ambulâncias. Milhares de pessoas deixaram as áreas bombardeadas, rumo à capital, Beirute, congestionando estradas. O país anunciou a suspensão das aulas na terça-feira.

Como de costume, os sírios de Tel Aviv se apresentam ao mundo como as “vítimas”, mas desde o genocídio em tempo real transmitido pelas redes sociais em Gaza, que tal falsificação se desmoralizou completamente.

No final de semana, os libaneses haviam reagido à escalada terrorista, fazendo disparos de foguetes e drones contra instalações militares israelenses, no norte e alcançando Haifa.

Investigado pela Corte Internacional de Justiça da ONU por genocídio em Gaza, o regime de Netanyahu também tenta fugir de cumprir decisão do mais alto tribunal mundial que considerou “ilegal” a ocupação da Cisjordânia. Na semana passada, a Assembleia Geral da ONU aprovou por larga margem resolução determinando que Israel cumpra a ordem de desocupar em “12 meses”.

Em Gaza, ao perpetrar genocídio – 200 mil civis palestinos mortos, direta ou indiretamente, segundo a revista médica The Lancet, Netanyahu e seus cúmplices alegam suposto “direito de defesa”; já no Líbano eles ma-

tam indiscriminadamente mas mentem dizendo que só fizeram de alvo Hezbollah.

Como registrou a agência de notícias russa Ria Novosti, o Hezbollah é uma organização criada por xiitas libaneses “em resposta às repetidas invasões do Líbano por Israel (a última foi em 2006 e, antes disso, Israel ocupou o sul do Líbano de 1982 a 2000) e ao colapso do Estado libanês.”

Dos sete milhões de habitantes libaneses, três milhões são de fé xiita “e a grande maioria deles apoia o Hezbollah, que é uma estrutura social, econômica e militar” e um dos principais partidos libaneses, e parte do governo.

Logo após o terrorismo com pagers e walkie-talkies, o governo Netanyahu anunciou que iria estender a guerra “ao norte”, supostamente para permitir “o retorno” dos moradores próximos da fronteira com o Líbano, dezenas de milhares que se albergaram em Tel Aviv e outras cidades. Nas palavras do ministro do extermínio, Gallant, será uma “nova era” da guerra no Oriente Médio, com o “centro de gravidade se movendo para o norte”.

Como respondeu o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, “a frente libanesa não vai parar antes que a agressão em Gaza pare. Vocês não poderão devolver essas pessoas ao norte. A única maneira de fazer isso é parando a agressão a Gaza e à Cisjordânia. Este é o único caminho.”

Já o primeiro-ministro iraquiano, Mohammed Shia al-Sudani, pediu uma reunião urgente de líderes árabes à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova York. O Iraque “pede e trabalha para convocar uma reunião urgente dos líderes das delegações árabes... para rever as repercussões da agressão sionista [israelense] sobre nosso povo pacífico no Líbano e trabalhar em conjunto para impedir seu comportamento criminoso”, disse al-Sudani em um comunicado.

O Líbano repudiou a “perigosa e deliberada escalada israelense”, com o premiê Najib Mikati rechaçando os ataques como “uma agressão criminosa israelense” e “violação grave da soberania libanesa”.

Na véspera, o gabinete israelense anunciara uma “nova era” da guerra no Oriente Médio, com o “centro de gravidade se movendo para o norte”, segundo o ministro Yoav Gallant, supostamente para trazer de volta dezenas de milhares colonos israelenses que fugiram das áreas próximas ao Líbano e estão albergados em Tel Aviv.

Em pronunciamento ao povo libanês, o líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, chamou os ataques contra pessoas inocentes usando dispositivos de uso civil de “uma declaração de guerra” de parte do regime israelense. Ele registrou ainda que Israel tentou “matar 5.000 em dois minutos”.

## “RESISTÊNCIA NÃO PARA”

“Em nome de todos aqueles que perderam mártires, que foram feridos, em nome de todos aqueles que lutam em nome de Gaza, dizemos a Netanyahu e Gallant, ao inimigo, que a frente libanesa não vai parar antes que a agressão em Gaza pare”, ele sublinhou.

“Vocês não alcançarão esse objetivo. Vocês não poderão devolver essas pessoas ao norte. A única maneira de fazer isso é parando a agressão a Gaza e à Cisjordânia. Este é o único caminho.”

“A resistência no Líbano não deixará de apoiar o povo de Gaza e da Cisjordânia.”

# Franceses tomam as ruas pela imediata destituição de Macron



A Shanghai Micro Electronics Equipment (SMEE), a maior produtora chinesa de chips

## China dá passo decisivo para produção autônoma de chips e derrota das sanções dos EUA

A empresa chinesa SMEE registrou patente de geradores de radiação ultravioleta extrema, tecnologia que permitirá a produção autossuficiente de chips do topo na fronteira tecnológica

A indústria de fabricação de semicondutores da China alcançou um avanço decisivo que foi revelado pelo pedido de patente para equipamento de litografia de ultravioleta que o país ainda não produz.

A empresa Shanghai Micro Electronics Equipment (SMEE) registrou patente para geradores de radiação ultravioleta extrema, tecnologia que permitirá autossuficiência plena para a China produzir chips do topo da fronteira tecnológica. O pedido ocorreu em março do ano passado mas só foi divulgado na semana passada. A documentação ainda está sendo analisada pela Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China.

“Scanners ultravioleta extremos avançados são indispensáveis para a produção em massa de semicondutores menores que 7 nanômetros, pois proporcionam melhores rendimentos de produção, em termos de porcentagem de elementos não defeituosos em sua fabricação”, explica a patente.

Por causa das sanções impostas pelos Estados Unidos em 2019 à indústria de chips chinesa, a empresa holandesa ASML, que atualmente tem o monopólio de produção de máquinas de litografia ultravioleta extrema, não pode comercializar para a China. Essa nova patente é um passo importante para o país asiático quebrar o monopólio do ocidente e anular os efeitos das sanções de Washington na área.

Ao alcançar o domínio desta tecnologia, a China diminui a distância que a separa dos Estados Unidos e de outros países líderes em semicondutores. Com isso, também ficará exposta a incapacidade dos EUA de deter o desenvolvimento tecnológico do gigante asiático

## Submissão de Berlim aos EUA derruba a produção industrial da Alemanha

O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) afirmou que a produção industrial da Alemanha está em queda pelo terceiro ano consecutivo, registrando o seu pior momento em mais de três décadas, desde a formação da União Europeia (UE), em 1992.

E a Alemanha prossegue esmagando sua própria indústria com a submissão à política dos Estados Unidos – através da guerra de expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) contra a Rússia – e a recusa ao gás barato russo em prol do extorsivo e poluente gás de fracking norte-americano.

“A estagnação da produção industrial na Alemanha é causada pela política ‘visionária’ de seu governo [Olaf Scholz]: ao conseguir deteriorar radicalmente as relações com a Rússia”, avaliou o especialista Leonid Khazanov, para quem essa postura “criou uma série de problemas para a sua antiga poderosa indústria nacional”.

Desde a explosão de três dos quatro gasodutos Nord Stream, que garantiam gás russo natural e barato à indústria alemã, as empresas do país se viram diante de um aumento rápido nas tarifas de energia, conforme observa o especialista.

Conforme Andrej Hunko, membro do Comitê de Política Internacional do parlamento da República Federal da Alemanha (Deutscher Bundestag) e membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE) desde setembro de 2022, após a sabotagem que cortou o gás russo, “agora recebemos GNL dos EUA que é muito mais caro e pior do ponto de vista ambiental”.

Em segundo lugar, avalia Khazanov, por vestir a camisa das sanções determinadas por Washington, a queda das importações de metais ferrosos e não ferrosos da Rússia levou à necessidade de buscar fornecedores alternativos, que se aproveitaram para impor preços de cartel.

Ao perder sua presença de longa data no mercado russo, as empresas alemãs simplesmente foram substituídas, tendo bastante reduzido seu espaço, como ficou ilustrado pela situação mais do que desanimadora da indústria automobilística, recordou o especialista. E, finalmente, a indústria alemã também é comprimida pela queda na atividade consumidora na União Europeia, que também reflete a mesma situação aos EUA.

Neste período os trabalhadores alemães foram submetidos às “maiores perdas salariais reais da história alemã do pós-guerra”, ainda pior do que no crash de 2008 e no lockdown do coronavírus, advertem os economistas Tom Krebs e Isabelle Weber, com os salários reais em um patamar 10% abaixo dos valores de antes da crise.

Sobre quem é beneficiado com essa política de vassalagem, basta avaliar quem está por detrás das bombas nos Nord Stream. De acordo com o jornalista investigativo norte-americano e ganhador do prêmio Pulitzer, Seymour Hersh, a decisão da sabotagem foi tomada pelos EUA em dezembro de 2021. Os explosivos foram colocados em junho de 2022 por mergulhadores, usando como cobertura as manobras anuais da Otan no Báltico.



Em Paris, multidão ergue faixas contra Macron, defende direitos sociais e apoia a Palestina

## Fed corta juro em 0,5 ponto percentual em meio a um cenário global de redução

O Federal Reserve (o banco central dos EUA) cortou os juros nesta quarta-feira (18) em 0,50 ponto percentual (p.p.), para a faixa de 4,75-5,00% ao ano, confirmando o cenário global de redução de juros, como assinalado em decisão no mesmo sentido do Banco Central Europeu (BCE), na semana passada.

Foi a primeira redução da taxa de juro do Fed desde março de 2020 e o corte já havia sido sinalizado pelo presidente do órgão, Jerome Powell, no encontro anual de Jackson Hole, no mês passado. O Fed vinha mantendo sua taxa básica na faixa de 5,25%-5,50% desde julho do ano passado.

Segundo a CNN, a decisão marca “virada crucial para economia americana”. Dos 12 integrantes do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês), 11 votaram a favor do corte de 0,50 p.p., incluindo Powell, e somente um defendeu uma redução menor, 0,25 p.p.

Em seu comunicado, o Fed justificou o corte apontando que a inflação está se movendo para a meta de 2%, e que os riscos para atingir os objetivos de números de emprego e inflação estão “aproximadamente equilibrados”. Como se sabe, na saída da pandemia, a inflação nos EUA chegou a 8%.

A nova taxa de juro básica ainda é a maior desde o pátamar pré-crash de 2008. Levando em conta a taxa de inflação de 2,5%, o juro real nos EUA (juro cobrado, descontada a inflação) é de 2,5%, depois de no período pós-crash ter ficado negativo anos a fio.

Para o Fed, os indicadores recentes sugerem que a atividade econômica “continuou a se expandir em um ritmo sólido” e que, apesar de os ganhos de emprego desacelerarem, enquanto a taxa de desemprego subiu, “mas continua baixa”.

Assim, na opção pelo corte

de 0,50 p.p. pesaram, sem dúvida, sintomas como a pior turbulência em Wall Street em quatro anos, no início de agosto, com o desmanche do carry trade yen/dólar; a sinalização sob a regra de Sham, que diz que, quando ocorre um aumento em 0,5% ou mais da taxa de desemprego trimestral em relação à baixa de 12 meses, uma recessão se aproxima (o que se deu no segundo trimestre); bem como a revisão para baixo na criação de empregos em 818 mil vagas desde março.

Por sua vez, o candidato republicano Donald Trump pressionou publicamente o Fed contra o corte de juros, alegando que isso seria “favorecimento” à chapa democrática, por estimular a economia.

Na semana passada, foi o BCE que cortou em 0,25 p.p. a taxa básica do juro na zona do euro, para 3,5%, em um quadro de estagnação na Europa, ou pior, como na Alemanha. Foi o segundo corte seguido desde junho. Levando em conta uma taxa de inflação (CPI) de 2,2%, o juro real na União Europeia está em 1,3%.

Antes do BCE, já haviam baixado os juros o Banco da Inglaterra e o Banco da Suíça. Em 1º de agosto, o BoE havia cortado 0,25 p.p., para 5%, o que levou o juro real a 2,39%. Em junho, pela segunda vez o SBN cortou o juro em 0,25 p.p., para 1,25%.

De acordo com o site de consulta financeira MoneYou, entre 40 países sondados, 52,5% cortaram suas taxas, 45% mantiveram, enquanto apenas 2,5% elevaram suas taxas de juros. No cômputo geral, entre 40 países, a média de juros reais ficou em 0,63%.

A decisão do BCE visou estimular a economia europeia, que vem tendo um baixo crescimento sob os efeitos do aumento do custo de energia decorrentes das sanções contra a Rússia e abandono do gás russo barato. O BCE havia rebaixado sua previsão de crescimento para a zona do euro para 0,8% para este ano – praticamente estagnação – e 1,3% no próximo ano e 1,5% no seguinte.

O corte de juros do BCE ocorre no momento em que a Alemanha, principal economia da zona do euro, mas que se contraiu no ano passado, vive sob ameaça de desindustrialização e declínio econômico.

O que ficou evidenciado no recente anúncio, pela gigante Volkswagen, de fechamento de fábricas no país e demissões, enquanto a indústria de uso intensivo de energia está nas cordas. A produção industrial alemã em julho ficou quase 10% abaixo do nível em que estava no início de 2023 e a tendência de queda já dura seis anos.

Enquanto isso, o BC brasileiro acaba de aumentar a taxa de juro básico em 0,25 pp, para 10,75%, no que começa a ser alardeado como um novo ciclo de alta, na contramão do Fed e do mundo. Já pregava vovô Bob Fields que, se é bom para Washington, é bom para o Brasil. Segundo as hienas da Faria Lima, é um raciocínio maravilhoso, menos quando se trata de cortar juros. E agora, o Brasil, que estava na terceira posição no triste campeonato dos maiores juros reais do planeta, se torna o vice-líder, com 7,33% de juros reais. Só perdendo para a Rússia, que está em guerra, bloqueada do sistema de pagamentos global Swift e sob 12.000 sanções econômicas.

## Milei faz PIB da Argentina cair pelo segundo trimestre consecutivo e país entra em recessão

Denunciado pelas forças nacionalistas, o duro ajuste fiscal e monetário implementado pelo presidente Javier Milei fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) da Argentina caísse 5,1% no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período de 2023. A informação foi dada na segunda-feira (24) pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec) que registrou ainda um recuo de 2,6% no PIB em relação ao último trimestre, marcando a segunda queda trimestral consecutiva.

Como o resultado se soma à retração de 2,5% do último trimestre do ano passado, o país entrou tecnicamente em recessão, que é o que ocorre quando o recuo é registrado pelo segundo trimestre consecutivo.

Desde que assumiu em dezembro de 2023, o mantra neoliberal imposto por Milei tem repercutido no fechamento de empresas, no aumento do desemprego, na redução dos salários e das aposentadorias, e no disparo das tarifas de água e energia.

Dos quatro componentes que compõem o indicador do Indec, três apresentaram queda no primeiro trimestre de 2024. Na

comparação com o trimestre anterior, diminuiu o Consumo – tanto privado (-2,6%) quanto público (-0,8%), o Investimento (Formação bruta de capital fixo) despencou (-12,6%) e as Importações (-12,1%). Em relação com o mesmo trimestre de 2023, os números ficaram bastante no vermelho: Consumo Privado (-6,7%), Consumo Público (-5%), Investimento (-23,4%) e Importações (-20,1 por cento).

O setor agroexportador foi o único que apresentou um índice positivo. Beneficiado pelo salto do dólar oficial, registrou um crescimento interanual de 26,1% e de 11,1% em relação ao trimestre anterior.

O discurso de “corte de gastos” e “equilíbrio fiscal” se materializou com força na queda acentuada do Investimento de -23,4% no trimestre em relação ao anterior, com a interrupção quase completa das obras públicas.

A queda dramática da “formação bruta de capital fixo” foi explicada, segundo o Indec, “pela queda de

-26,6% no investimento em construção, pelo aumento de 9,1% em outras construções, pela diminuição de -26,3% em máquinas e equipamentos e pela queda de -20,7% em equipamentos de transporte”. Dentro do setor de máquinas e equipamentos, o componente nacional caiu -32,6% e o componente importado recuou -22,3%. “Nos equipamentos de transporte, a componente nacional teve um decréscimo de -35,3% e a componente importada teve um aumento de 46,4%”, apontando para a desnacionalização.

Das 17 atividades medidas pelo Indec, 11 desabaram. As maiores quedas interanuais ocorreram na Construção (-19,7%), Indústria de transformação (-13,7%) e Intermediação financeira, que caiu -13% devido à redução dos financiamentos. O comércio por atacado e varejo também registrou uma diminuição significativa de -8,7%, refletindo a queda do consumo.

Leia mais no site do HP

Em Paris e em mais de 60 cidades, manifestantes ergueram a voz contra a fraude de Macron que montou governo para manter o arrocho, exatamente a política que fora derrotada na eleição legislativa

Dezenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de Paris e de mais de 60 cidades francesas neste sábado (21) em resposta à indicação pelo presidente Emmanuel Macron de seu novo gabinete, liderado pelo primeiro-ministro ultraconservador Michel Barnier, que se posicionou pela limitação da migração para a União Europeia (UE) e até propôs uma moratória de entrada de três a cinco anos para todos os migrantes.

Com faixas pedindo a destituição de Macron e em solidariedade ao povo palestino, os manifestantes acusaram o governo de ter dado uma guinada à direita, notadamente nos campos da segurança nacional, imigração, salarial, das pensões e aposentadorias.

Convocados por sindicatos, entidades estudantis, ecologistas e feministas, como o Coletivo de Direitos das Mulheres, e movimentos sociais como a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (Attac), os franceses rechaçaram a aliança mais do que reacionária em que predominam os ministros do Juntos pela República, de Macron, com uma forte presença do partido conservador Os Republicanos.

Na oposição, o partido com mais destaque foi a França Insubmissa (LFI), com a presença de várias lideranças, como sua presidenta na Assembleia Nacional, Mathilde Panot. “É um governo ilegítimo. Se a direita tivesse vencido, a direita teria governado”, afirmou o líder da França Insubmissa Jean-Luc Mélenchon, fundador da aliança Nova Frente Popular, que apesar de ter conquistado a maioria dos votos, não obteve o suficiente para formar o novo governo.

O novo governo tem 39 membros, principalmente do partido de Macron e do até então opositor partido LR (Les Républicains, de Nicolas Sarkozy) que regressa ao poder após 12 anos. Entre estes últimos está o seu líder no Senado, Bruno Retailleau, que assumirá o Ministério do

Interior, reconhecido por sua postura preconceituosa e racista em relação aos imigrantes.

O novo ministro das Finanças é Antoine Armand, figura emergente que sinaliza para o corte nos investimentos públicos e nas áreas sociais em nome do equilíbrio fiscal, priorizando “administrar o próximo orçamento” para fazer frente à crise da dívida.

### NAZIS UCRANIANOS

Sébastien Lecornu se mantém no Ministério da Defesa, garantindo os cofres escancarados para a “modernização” das forças armadas e a irrestrita ajuda militar aos nazistas ucranianos contra a Rússia.

Entre as nomeações está a da senadora Laurence Garnier, para a Secretaria de Estado de Consumo – inicialmente proposta para a da Família, em que se posicionou contra o aborto e o matrimônio igualitário

Conforme a última pesquisa do Journal du Dimanche, nunca o índice de rejeição de Macron atingiu um patamar tão alto (75%), o maior desde a revolta dos Coletes Amarelos. Naquele momento, no final de 2018, a população se levantou contra o desgoverno e as reformas que causaram aumento no preço do combustível e dos impostos para os aposentados.

Três quartos dos entrevistados pelo IFOP acusam o presidente de ter um “ego desproporcional que arruinou tudo” e de tornar a França ingovernável ao dissolver o parlamento e convocar eleições antecipadas, que redundaram em um tremendo fiasco.

A líder da extrema direita, Marine Le Pen, reforçou que este será um governo de transição e que está vigilante para garantir uma mudança na política francesa. A fim de fazer com que este retrocesso seja viabilizado, sublinhou, vai cooperar nas questões orçamentárias essenciais [ou seja, sustentar a política de arrocho] e disse que inviabilizará eventuais vacilações, pois dispõe dos votos necessários para derubar ações em contrário.



“Destituição para Macron!”, o lema das manifestações

# A herança de Getúlio é o Brasil (4)

Continuação da edição anterior

A oligarquia apeada do poder e seus aliados, uma vez passada a perplexidade da derrota de 1930, passaram ativamente a conspirar. Quando, em maio de 1932, é marcada a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, isso fez apressar os planos contrarrevolucionários

CARLOS LOPES

Uma questão decisiva para o destino do país e da revolução era a do fortalecimento das Forças Armadas. A República Velha tinha tornado o país uma colcha de retalhos, cada um dominado por uma oligarquia.

Para isso, o Exército e demais Forças tinham sido marginalizadas, pois elas eram praticamente a única instituição que se identificava com a Nação, acima do poder local. Assim, o fortalecimento das Forças Armadas representava o próprio fortalecimento da unidade nacional. Sem isso, era impossível acabar completamente com os retalhos oligárquicos.

As medidas tomadas inicialmente, como a formação do Corpo de Fuzileiros Navais, o estabelecimento do Plano Geral de Ensino Militar, a reforma do Código de Justiça Militar, foram acompanhadas por intensos esforços para adquirir armamento necessário ao cumprimento da função do Exército e da Marinha. A II Guerra Mundial, com a nossa brava participação na campanha da Itália, mostraria o quanto esses esforços foram bem sucedidos.

7

A oligarquia apeada do poder e seus aliados, uma vez passada a perplexidade da derrota de 1930, passaram ativamente a conspirar. Quando, em maio de 1932, é marcada a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, isso fez apressar os planos contrarrevolucionários.

É sintomático que depois da contrarrevolução de 1932 tenha-se tentado mascarar-la com o rótulo do “constitucionalismo”. De 9 de julho de 1932 até a rendição em 2 de outubro do mesmo ano, a Constituição só foi lembrada na medida em que se pretendia voltar à anterior – à Constituição da República Velha. Essa era a única reivindicação “constitucionalista” da contrarrevolução – até mesmo porque as eleições para a Constituinte já haviam sido marcadas, dois meses antes, para o dia 3 de maio do ano seguinte.

Porém, no momento em que foram marcadas, tudo indicava uma esmagadora vitória eleitoral da revolução, pois o fraudulento sistema eleitoral anterior havia sido jogado ao lixo com a instituição do voto secreto, do direito de voto às mulheres e da Justiça Eleitoral.

Portanto, as eleições marcadas foram um motivo a mais para que a contrarrevolução se apressasse.

Tal foi o “constitucionalismo” de 1932. O que ele não admitia era uma Constituinte com maioria revolucionária – ou seja, o fim da Constituição que seu próprio autor, Rui Barbosa, havia considerado caduca já na primeira década do século.

O mesmo se pode dizer do suposto caráter “paulista” do movimento. Sem dúvida – e pelo menos nisso há alguma coerência, embora apenas aparente – a contrarrevolução, na época, foi apresentada pelos seus promotores como uma espécie de protesto de São Paulo contra supostas atitudes hostis do governo revolucionário. Em suma, a oligarquia apresentava o fato de não poder mais impor seus interesses particulares ao conjunto do país – vale dizer, o servilismo frente aos banqueiros ingleses e a socialização dos seus prejuízos com o café – como uma terrível hostilidade ao povo de São Paulo, o mesmo povo que em 1924 ela tinha bombardeado



com artilharia pesada – e, mesmo assim, não desistira de lutar pela revolução; o mesmo povo que havia saído às ruas duas vezes – na campanha e na revolução de 30 – para saudar Getúlio.

Ainda que pessoas de boa fé – que depois deram mostras de sua capacidade e patriotismo cooperando com Getúlio – hajam sido envolvidas, permanece o julgamento do líder da revolução ao comentar as despesas que a derrota da contrarrevolução demandou, numa situação em que as finanças públicas mal começavam a se recuperar: “*Revolução Constitucionalista? Não, porque a data das eleições estava marcada e os tribunais eleitorais já constituídos! As reivindicações da autonomia paulista? Tampouco. Tudo já fora atendido, até mesmo a mudança do comando da Região. Tão satisfeitos estavam eles com o seu governo que o mantiveram. A Revolução de São Paulo foi um movimento reacionário para se apoderar do governo, falsamente rotulado de constitucionalista.*”

Com efeito, Getúlio e o governo revolucionário, após uma série de escaramuças e intrigas políticas contra o interventor do Estado – João Alberto, que substituíra Prestes à frente do movimento tenentista –, havia concordado, numa tentativa de pacificação, em entregar o governo de São Paulo a representantes da oligarquia.

Sob esse governo estadual, nomeado pelo próprio Getúlio, foi organizada, promovida e empreendida a contrarrevolução. Ainda que, com sua costumeira tranquilidade, Getúlio não tenha usado a palavra, tratava-se de um ato de **traição**, de uma tentativa de depor o governo revolucionário para restaurar o antigo regime, rompendo com os compromissos assumidos de público, na ilusão de que outros Estados se somariam à intenção, e tendo por base militar o envolvimento da Força Pública contra as Forças Armadas. Quando a própria Força Pública, em 2 de outubro de 1932, depôs o governo estadual, a paz foi, no mesmo dia, selada.

A convocação da Constituinte, portanto, não era o objetivo da contrarrevolução. Era o seu motivo, diante de uma derrota iminente que poderia acabar definitivamente com qualquer pretensão de restaurar a situação anterior – ou seja, de alojar outra vez na cabeça do Estado a burguesia cafeeira, cujo poder político agora limitava-se ao território de sua base econômica, mas mesmo em São Paulo estava em franco declínio. Em suma, um estertor de agonizante, ainda que não o último.

Quando ao levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, o mínimo que se pode dizer é que foi uma tentativa de derrubar o poder que emergira da mais autêntica, patriótica e popular revolução já acontecida no país. Foi o resultado de uma série de equívocos, iniciados antes mesmo da campanha eleitoral de Getúlio à Presidência, em 1930. O fato de brasileiros que amavam o seu país e o seu povo, com abnegação enérgica e dispostos a sacrifícios imensos, inclusive o da própria vida, terem participado dela, só faz mais trágica essa



série de equívocos.

Como se sabe, Prestes foi o único dos “tenentes” a não participar da campanha da Aliança Liberal, o que provocou seu isolamento e substituição como presidente do movimento tenentista por um dos seus comandados na Coluna, João Alberto. Numa tena reunião em Buenos Aires com seus companheiros, condicionara qualquer apoio à Aliança Liberal ao compromisso público com um programa cujos itens iniciais eram o cancelamento da dívida com os banqueiros ingleses e a expropriação do latifúndio, o que inviabilizaria de pronto a própria candidatura da Aliança Liberal, garantindo de antemão a permanência da burguesia cafeeira e sua política de destruição do país, com a vitória de seu candidato, quase certamente como candidato único.

Prestes havia sido contraditado, na reunião, por todos, e principalmente por Siqueira Campos – o segundo dos “tenentes” em prestígio e popularidade, devido ao seu heroísmo em 1922, 1924 e na Coluna. Siqueira faleceu na volta ao Brasil, num trágico desastre de avião. Posteriormente, o adjunto de Prestes no estado – maior da Coluna, Juarez Távora, que não pudera estar em Buenos Aires, também dirigiu carta a Prestes no mesmo sentido.

Apesar de não ter apoiado a candidatura de Getúlio, Prestes foi convidado por este para ser o comandante militar da Revolução de 30. Depois de encontrar-se com Getúlio, condicionou outra vez a sua aceitação ao mesmo programa. Depois de ouvir Prestes silenciosamente por uma hora, Getúlio comentou: “o senhor tem a eloquência da convicção”. No entanto, a eloquência não bastava. O chefe de estado-maior das tropas revolucionárias seria o tenente-coronel Góes Monteiro.

Significativa é a exigência feita por Prestes: o cancelamento da dívida externa foi realizado, na prática, pelo governo revolucionário, sob forma de suspensão dos pagamentos, prorrogação dos prazos e, posteriormente, recompra dos papéis da dívida por um preço ínfimo – 10% do seu valor nominal. Quanto à reforma agrária, ela constou, desde o início, no conteúdo do programa da Revolução – inclusive no discurso de posse de Getúlio, a 3 de novembro de 1930 –, e verdade que sem palavras supostamente muito radicais. Um dos obstáculos posteriores à sua efetivação, consistiu na recusa de apoio ao governo revolucionário – e certamente não seria dos latifundiários que poderia vir esse apoio.

Naquele momento, a exigência de Prestes de que a revolução anunciasse em seu programa que aquelas eram as duas primeiras medidas que realizaria logo após a tomada do poder; transformava a possibilidade de vitória num aborto antecipado, pois significaria a ruptura da frente nacional formada, com o abandono dela pelos seus setores menos conscientes, que governavam o segundo Estado em importância, Minas Gerais, e a Paraíba, o candidato a vice-presidente, João Pessoa, e, com ela, o Nordeste.

Esses erros tinham como base a avaliação de que o movimento de 30 era principalmente oligárquico – uma briga interna das oligarquias – e fundamentalmente uma briga entre o imperialismo inglês e o imperialismo norte-americano.

Se a recusa de Prestes em

## Getúlio com deputados que discutiram as leis da Constituição de 1934

1930 foi um equívoco canhestro, 1935, quando já se tinha decretado a suspensão das transferências da dívida externa e uma série de medidas em prol dos trabalhadores e do desenvolvimento, foi um desastre. A avaliação feita nessa época do governo de Getúlio é tão fora da realidade quanto a avaliação da correlação de forças que levou aos acontecimentos de Natal, Recife e Rio de Janeiro – sendo uma a consequência da outra.

Em síntese, a política da ANL foi expressa por Prestes, em sua carta de adesão: “*quero combater, lado a lado com todos os que não estão vendidos ao imperialismo e desejam lutar pela libertação nacional do Brasil, com todos os que queiram acabar com o regime feudal em que vegetamos e defender os direitos democráticos que vão sendo sufocados pela barbárie fascista ou fascizante.*”

O governo vindo da revolução, que há cinco anos tomava todas as medidas para industrializar o país, é “o regime feudal”; os direitos democráticos que haviam sido instituídos precisamente por aquela revolução, e que nunca tinham existido antes dela, “vão sendo sufocados, etc.”; e é evidente a quem ele se refere como “vendedos ao imperialismo”: exatamente aos homens, muitos dos quais ele conhecia muito bem, que acabavam de fazer com que o país rompesse com a subordinação ao imperialismo.

Quando ao fascismo, muito cedo Getúlio e o governo revolucionário estiveram atentos a ele. Desde 1932, a atividade nazi-fascista no país foi colocada sob vigilância e reprimida. O conflito com o embaixador alemão Karl Ritter, declarado *persona non grata* depois da proscrição do Partido Nazista do Brasil e da proibição do ensino básico em outras línguas que não o português, é apenas o incidente mais conhecido.

Quando o embaixador de Hitler compareceu ao Catete para dizer que o partido nazista “não poderia ser comparado com qualquer outro porque era a própria Alemanha oficial, e que Hitler defendia os alemães fora do seu território”, citando a Áustria recém-anexada como exemplo e fazendo a ameaça de que o convênio comercial do Brasil com a Alemanha “não poderia ter andamento sem que se resolvesse esse caso”, ouviu de Getúlio uma resposta que não esperava:

“*Respondi-lhe (...) que a Alemanha era uma nação poderosa perante a qual o Brasil era um país mais fraco, mas que por isso mesmo a nossa suscetibilidade nacional era maior: que nós éramos uma nação soberana, não éramos colônia de ninguém, e que nada poderíamos aceitar que tivesse um caráter de imposição.*”

Durante algum tempo o integralismo, apesar de germanófilo (como se chamavam então os simpatizantes do nazi-fascismo), era um movimento nacional, conseguindo ganhar espaço mimetizando, ainda que superficialmente, o programa da revolução – o de construir um Brasil independente, o que implicava em enfrentar o imperialismo inglês, mas não imediatamente o seu rival alemão, com o qual não tínhamos de romper com uma dominação de décadas.

Mais ainda, devido ao seu

anticomunismo histórico, o fato do PCB ter-se colocado na oposição e, inclusive, ter empreendido uma tentativa de derrubá-lo, fez com que os integralistas se aproximassem do governo revolucionário. Alguns próceres do integralismo chegaram a pensar em tomar o governo “por dentro”.

Assim se explica o seu crescimento e que brasileiros ilustres, que depois mostrariam um grande valor, tenham participado do integralismo. Todos estes afastaram-se da direção integralista quando, frustrada em seus planos de chegar ao poder, ela partiu para o *putsch*, conspirando com a oligarquia, que, com o Estado Novo, tinha sido derrotada novamente a 10 de novembro de 1937.

É justo ressaltar – até porque é fato muito pouco conhecido – que, por ocasião do atentado integralista ao Palácio Guanabara, os comunistas presos em virtude dos acontecimentos de 1935 solidarizaram-se com Getúlio e o governo, enviando mensagem de apoio ao chefe da Nação.

8

A Constituição de 1934 consagrou em seu texto as conquistas da Revolução de 30. No entanto, a oligarquia derrotada conseguiu, em boa parte, neutralizá-las, em especial as que se referiam à capacidade do governo revolucionário de promover o desenvolvimento.

Naturalmente, como já tinha sido observado desde a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa, uma antiga classe dominante, mesmo depois de derrotada, conserva por longo tempo uma força e um poder que as novas classes, mesmo estando agora à testa do Estado, ainda demorarão a conseguir: a força do hábito, da rotina – e o poder econômico.

O rompimento da frente nacional que sustentara a Revolução pelas correntes chefiadas por Borges de Medeiros – depois por Flores da Cunha – no Rio Grande do Sul e por Artur Bernardes em Minas Gerais, inclusive com apoio à contrarrevolução de 32, forçou a passagem ao regime de 34, fruto de uma situação onde a oligarquia não tinha mais força para dominar o país, mas onde o novo poder não tinha ainda forças suficientes para liquidar de vez com ela e o que restava de seu domínio.

O rompimento de Borges de Medeiros, Bernardes e depois Flores da Cunha, e sua adesão aos inimigos de 30, representou a resistência dos setores mais atrasados da frente ao avanço da revolução, avanço este que perceberam, com justa razão, como uma ameaça ao poder regional das oligarquias, o coronelismo que predominou na República Velha. Ao fim e ao cabo, esses setores eram também expressões oligárquicas, ainda que dissidentes diante da imposição absolutista da candidatura Júlio Prestes.

Tratava-se agora de construir um Estado Nacional assentado numa economia nacional, e é isso o que provocou o rompimento dos setores mais atrasados, num momento em que Getúlio, e o que havia de mais avançado na frente revolucionária, ainda não tinham se consolidado completamente – da mesma forma que os trabalhadores e empresários industriais ainda não eram suficientemente fortes para predominar completamente sobre a ganga oligárquica.

Ao perceber o que se desenhava, Getúlio, como mostram todos os documentos disponíveis, foi forçado a mudar o seu projeto inicial de retirar-se da vida pública, passando a Presidência a um sucessor. Era preciso, outra vez, enfrentar a contrarrevolução – e não havia ninguém mais em condições de continuar liderando o processo revolucionário.

A publicação de seu **Diário** demonstrou, de uma vez por todas, a absoluta sinceridade de sua afirmação pública no dia da instalação do Estado Novo: “*Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Só acedi em sacrificar o*

*justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.*”

Apesar de desejar e, inclusive, planejar o “justo repouso”, prevalece nele o sentimento de que “*o homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.*”

A atitude espantosa de Getúlio nos anos que vão de 1934 a 1937, corresponde à exigência de enfrentar a contrarrevolução no terreno do regime parido pela Constituinte de 1934.

Antes da promulgação da Constituição, ele decreta o fim das chamadas “luvas” – uma forma de extorsão à iniciativa privada empreendedora – nos contratos de locação para estabelecimentos industriais e comerciais. Apressa o reaparelhamento das Forças Armadas e, em julho, antes do dia 17 – data de promulgação da nova Constituição – decreta o novo Código de Minas, elaborado por Juarez Távora; o Código de Águas; a lei que estabelece uma nova estrutura sindical; a reforma do Código de Justiça Militar.

São medidas de defesa dos trabalhadores, dos empresários, do território nacional e das riquezas naturais. Contra a resistência acirrada dos representantes do velho regime, ele tenta continuar a obra revolucionária, criando, ainda em 1934, a Comissão de Estradas de Rodagem Federais (depois transformada no DNER); dá início às pesquisas para extrair-se derivados de petróleo do xisto betuminoso – o petróleo não havia ainda sido descoberto no Brasil; implementa os estudos para a fundação da FAB, premiando, inclusive, o construtor do primeiro avião nacional.

Em julho de 1936, consegue impor o “reembolso dos impostos alfandegários para as matérias-primas necessárias à produção de mercadorias em condições de concorrer fora do país com as similares estrangeiras”, dando uma nova amplitude à industrialização: não é apenas o mercado interno que a produção nacional deve abastecer, mas é a própria pauta de exportações, ainda dominada pelos produtos agrícolas, que deve ser modificada.

No mesmo ano, funda a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, destinando recursos específicos ao financiamento da produção nacional.

Mas era evidente que a reação conspirava para a retomada do poder. Do ponto de vista externo, mais uma vez os bancos de Londres se açodam. Já em setembro de 1934, em virtude do aumento de nosso comércio com os EUA, os banqueiros enviam um representante a Getúlio para “manifestar seus receios por qualquer operação com os Estados Unidos que reduzisse nossos recursos para atender aos credores ingleses”.

Do ponto de vista da política interna, como Getúlio dirá na Mensagem à Nação de 10 de novembro de 1937, “transformada a Assembleia Nacional Constituinte em Câmara dos Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Governo Provisório, de 10 de abril de 1934, não se conseguira, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, malgrado o funcionamento quase ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas, evidentemente, contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo”.

Continua na próxima edição